

UMA
EXPERIÊNCIA DE
USO MISTO EM AURORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G625e Gonçalves, Jaízza Évellynn Leite de Figueirêdo.
Uma Experiência de Uso Misto em Aurora / Jaízza Évellynn Leite de Figueirêdo Gonçalves. – 2017.
127 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia,
Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Ricardo Alexandre Paiva.

1. Uso Misto. 2. Aurora. 3. Espaço Urbano. I. Título.

CDD 720

UMA
EXPERIÊNCIA DE
USO MISTO EM AURORA

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Paiva
orientador _ dau ufc

Prof. Dra. Solange Maria De Oliveira Schramm
professora convidada _ dau ufc

José Ramiro Teles Beserra
arquiteto convidado

Jaízza Évellynn Leite de Figueirêdo Gonçalves
Fortaleza, fevereiro de 2017

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	6
O CASO DE AURORA	12
DIAGNÓSTICO	36
REFERENCIAL TEÓRICO	78
REFERENCIAL PROJETUAL	86
PROPOSTA	102
BIBLIOGRAFIA	130

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como principal objeto de estudo a temática do uso misto, bem como seus efeitos no meio urbano. Tema que vem recebendo crescente destaque nas teorias de planejamento urbano atuais, é bastante investigado no contexto das grandes cidades, dada a situação alarmante em que muitas dessas se encontram em termos de qualidade urbana. Aqui, todavia, abordou-se a temática com foco no panorama das cidades de pequeno porte, que ainda não exibem problemas urbanos tão característicos das metrópoles, como congestionamentos cotidianos, decorrentes de uma estrutura urbana monofuncional e de políticas de mobilidade que exaltam o carro, e altos índices de violência, acentuados pela falta de pedestres nas ruas.

O interesse pelo tema provém, primordialmente, da vivência pessoal da autora, que, oriunda de Aurora, pequeno município do interior cearense e palco do projeto desenvolvido neste trabalho, enxergou na referida cidade um cenário dotado de qualidades pas-

síveis de serem potencializadas através do uso misto. Vê-se, assim, este trabalho não só como uma experiência necessária à obtenção da graduação, mas também como uma retribuição pessoal para a cidade, sempre tão simpática e receptiva.

Procedeu-se, pois, a um levantamento de dados concernentes à história e à configuração urbana de Aurora, assim como a um aprofundamento dos estudos relacionados a atividade comercial e ao edifício de uso misto e sua relação com o meio urbano, no intuito de se conceber um projeto arquitetônico de qualidade e que reflita a realidade do município. Dessa forma, objetiva-se projetar um edifício em que as tipologias de habitação, comércio e serviço se integrem ao entorno urbano, sem agredi-lo, visando prover uma dinamicidade contínua à área de implantação do projeto, o incremento do senso de comunidade no local, evitar o espraiamento demasiado da cidade, além de apresentar à população local uma arquitetura de melhor qualidade.

JUSTIFICATIVA

Cidade do Sul cearense, Aurora apresenta, a despeito de sua população ainda marcadamente rural, uma economia alicerçada no setor de comércio e serviços. A demanda por espaços que recebam essas atividades é crescente no município. Os estabelecimentos comerciais existentes, aglomerados majoritariamente em sua área central, respondem à demanda não só dos habitantes da cidade como também dos residentes rurais. A contínua expansão da parcela urbana da população, decorrente principalmente da migração dos residentes rurais em direção à cidade, tem se refletido em um incremento da demanda por espaços que abriguem as atividades de comércio e serviço, para as quais se direcionam grande parte dos migrantes provenientes do campo. Concomitantemente, vários estabelecimentos comerciais já consolidados vêm expandindo suas atividades e demandando novos pontos de funcionamento, maiores e mais modernos. Alia-se a isso a inauguração da rodovia estadual CE-060, que, inserindo Aurora em uma importante rota na região, tende a intensificar a atividade comercial no município. O aumento da demanda por pontos de serviço, por sua vez, é devido sobretudo ao número crescente de profissionais das áreas de Saúde e Direito que passam a atuar na cidade.

Como reflexo do aumento da população urbana e da expansão das atividades de comércio e serviços, constata-se um crescimento também na demanda por habitação, tanto por parte de uma parcela mais pobre da população, constituída principalmente por

aqueles oriundos do campo, quanto por parte de alguns de maior poder aquisitivo. O que se verifica, como resultado disso, é a ocupação de áreas mais periféricas da cidade, loteadas recentemente e ainda não contempladas com infraestrutura urbana, de forma que a cidade tende a se espriar, ao mesmo tempo em que seu centro perde vitalidade urbana.

Essa demanda por espaços de apoio ao comércio e serviço e espaços de habitação se materializa na prática do uso misto, o qual, diferentemente do que se constata em Fortaleza, mostra-se como elemento recorrente no contexto de cidades interioranas, particularmente em Aurora, sendo prática comum e espontânea entre os moradores locais, que, com frequência, veem na prática a alternativa mais viável e econômica para moradia. Dessa forma, constrói-se tanto para própria moradia, em uma escala mais modesta, quanto como uma forma de gerar lucro, sob a forma de aluguel. Todavia, essa prática é, geralmente, materializada em uma arquitetura de má qualidade, improvisada e sem identidade.

Dado tal panorama, propõe-se esse tema como uma forma de potencializar a prática do uso misto no referido contexto, e, conseqüentemente, incrementar os benefícios que a ela se associam (sobretudo a garantia de uma dinamicidade contínua à área de implantação do projeto, incrementando o senso de comunidade, já tão presente em cidades de pequeno porte), além de evitar o espraiamento demasiado da cidade.



À esquerda, lavrador na localidade de Monte Alegre em Aurora (CE), em maio de 1960. [acervo online IBGE]. À direita, João Ligeiro, figura conhecida por todo aurorense, comerciante e ex-morador da zona rural, em outubro de 2016 [autora]. A figura típica do aurorense vem se transferindo progressivamente da imagem do lavrador para a imagem do comerciante que, nascido no campo, migra para a cidade e passa a trabalhar no setor terciário. Não é que a figura do lavrador esteja desaparecendo. É a figura do "João" que vem se fazendo cada vez mais comum.

OBJETIVOS

GERAL

Conceber um edifício (ou complexo de edifícios) que abrigue usos diversificados na cidade de Aurora (Ceará), priorizando a integração entre as tipologias de habitação, comércio e serviço e o entorno urbano, bem como o respeito ao contexto em que se insere, visando prover uma dinamicidade contínua à área de implantação do projeto, além de apresentar à população local e investidores uma arquitetura de melhor qualidade.

ESPECÍFICOS

_ respeitar a escala do lugar

_ estudar alternativas construtivas e tecnológicas que priorizem o emprego da mão de obra local, como forma de beneficiar a comunidade local, bem como viabilizar financeiramente empreendimentos dessa escala no contexto em questão (tanto em termos de execução quanto de manutenção)

_ produzir uma arquitetura de espaços agradáveis, que responda aos condicionantes climáticos locais, priorizando ventilação e iluminação naturais

_prever uma variedade de tipologias habitacionais que atenda a uma diversidade de usuários

_no que tange as atividades de comércio e serviços, conceber espaços flexíveis, capazes de abrigar empresas de naturezas e portes variados, visando a não obsolescência da arquitetura e lhe atribuindo o caráter da sustentabilidade

_desenvolver um espaço público de qualidade junto ao edifício, empregando estratégias que promovam o franco diálogo entre o objeto arquitetônico e a cidade, de maneira a incrementar a dinamicidade e a segurança na área

_prover uma proposta de ordenamento para a feira que ocorre diariamente no entorno imediato do terreno do projeto

_promover o incremento do senso de comunidade no local

_evitar o espraiamento demasiado da cidade

_apresentar uma proposta projetual capaz de conciliar os interesses do capital privado e da coletividade



Lavoura de Baixo na localidade de Monte Alegre em Aurora (CE), em maio de 1960. [acervo online IBGE]

A ORIGEM DE AURORA

A origem da cidade de Aurora é marcada por controvérsias, havendo algumas teorias que divergem acerca dos primórdios do município, sobretudo naquilo que orbita em torno de seu fundador e seu sítio inicial. Tais controvérsias derivam da escassez de documentação escrita, sendo as referidas teorias alicerçadas, sobretudo, em lendas, na tradição oral. Todavia, a descoberta de alguns documentos que remontam a época de sua formação acabou por esclarecer melhor as questões que rodeiam a gênese da cidade. Renato Braga, Antonio Martins Filho, Raimundo Girão, Waldery Uchoa, Joaryvar Macedo, e, mais recentemente, Calixto Júnior, foram os principais estudiosos a se debruçar sobre o tema.

Segundo Braga (1964), as raízes de Aurora se encontram na antiga fazenda Logradouro, onde, em 1837, o coronel Francisco Xavier de Sousa, a pedido de sua esposa, edificou uma capela consagrada ao Senhor Menino Deus. O autor ressalta, com base no “Roteiro Histórico”, de João Brígido, que Xavier deixa clara sua pretensão de estabelecer uma povoação em suas terras, herdadas de seu pai, português que alcançara a região no século XVIII, em busca de ouro. Para tanto, Xavier abre uma venda de bebidas, com algumas “mulheres de vida alegre”, e dá início a celebrações dominicais na capela

por ele fundada. (BRÍGIDO apud BRAGA, 1964). Nesse período, o coronel construiu ainda a edificação mais antiga ainda existente na cidade, uma casa*, meio térrea e meio sobrado, ao lado da capela do Senhor Menino Deus.

Desde sua fundação, a casa esteve sob propriedade de várias famílias, vindo a abrigar, inclusive, uma escola, o Centro Educacional Paulo Gonçalves (CNEC). Passou por um período de abandono, até ser adquirida pela prefeitura no ano de 2011, tendo sido recentemente restaurada. Abrigará, inicialmente, a sede da Banda de Música Municipal Sr. Menino Deus e a Escola de Música Maestro Esmerindo Cabrinha da Silva, passando, posteriormente a acomodar o Centro Cultural Aldemir Martins.

Braga (1964) menciona ainda a existência de uma segunda capela, a capela de São Benedito, erguida posteriormente no bairro da Aurora Velha, por um preto de nome Benedito. O estudioso faz também colocações envolvendo o nome do lugar, afirmando que Xavier tentou mudar o nome do incipiente povoado de “Logradouro” para “Xavierlinda”. Tal denominação, entretanto, não despontou, tendo o nome “Venda” sido adotado pelo gosto popular e, posteriormente substituído pela alcunha “Aurora”, em referência a uma mulher que trabalhava na venda estabelecida por Xavier.



Igreja Matriz do Senhor Menino Deus, vista a partir da barragem do Rio Salgado, em 1983. [acervo online IBGE]

AGO. 83

Ao lado da atual Igreja Matriz, está a casa edificada pelo Coronel Xavier, construção mais antiga da cidade. [acervo José Cícero]



A casa edificada pelo Coronel Xavier, existente até os dias de hoje, passou por um período de abandono. [http://blogdaaurorajc.blogspot.com.br/2013_09_01_archive.html]



Atualmente, a casa se encontra em fase final de restauração [http://www.miseria.com.br/?page=noticia&cod_not=177459]

Raimundo Girão e Antonio Martins Filho divergem de Renato Braga ao afirmar que o primeiro templo religioso de Aurora foi o erguido pelo mestre Benedito, preto que encabeçou viagem à Corte, a fim de conseguir com D. Pedro II verbas para a edificação da capela, no bairro Aurora Velha. Segundo os autores, o imperador não só concedeu o auxílio almejado, como também presenteou a capela com imagens, parâmetros sacros e um sino. Girão e Martins Filho (1939) fazem ainda referência à denominação do povoado, que, segundo eles, até a elevação à categoria de vila, foi chamado de "Venda", em função da existência de uma taberna de comestíveis e bebidas/casa de hospedagem, supostamente na Aurora Velha (e não nas proximidades da capela do Senhor Menino Deus, como coloca Braga (1964)). Os autores em questão apontam ainda que o bairro Aurora Velha, embora tendo recebido as primeiras casas do município, não prosperou, enquanto a Aurora do coronel Xavier logo se desenvolveu, tendo recebido o nome de Vila d'Aurora, em novembro de 1883. (GIRÃO E MARTINS FILHO, 1939)

Waldery Uchoa, por sua vez, compartilha da ideia de que Benedito José dos Santos, o mestre Benedito, com a ajuda financeira de

D. Pedro II, foi o responsável pela fundação da primeira capela do povoado, no bairro Aurora Velha, onde já havia fixado residência. Conforme Uchoa (1953), somente alguns anos depois Francisco Xavier de Sousa teria construído a capela do Senhor Menino Deus, ainda hoje padroeiro de Aurora, na fazenda Logradouro. A respeito da famosa venda/casa de hospedagem, o autor discorre sobre a existência de uma quitanda nas terras do coronel Xavier e não na Aurora Velha, como colocado por Martins Filho e Girão. (UCHOA, 1953)

Joaryvar Macedo aponta as contradições nas narrativas que envolvem a história do surgimento de Aurora, justificando-as exatamente pelo exclusivo embasamento na tradição oral. O estudioso indica a existência de documentos primários (das freguesias e vilas de Icó e Crato) que apresentam a origem de Aurora como sendo ainda mais remota que o considerado pelos autores anteriormente citados. Os referidos documentos reconhecem a presença da Venda, no Sítio Venda ou Venda do Rio Salgado, então sob jurisdição de Lavras da Mangabeira, uma propriedade rural já existente em meados do século XVIII, cuja posse pertencia ao Coronel Antonio Lopes de Andrade e sua esposa Arcargêla Maria. No final do referido século,



Aurora Antiga - Capela do Preto Benedito - Obra de Arnaldo das Ingazeiras [<http://prosaeversojc.blogspot.com.br/2014/09/aurora-em-memoria-cel-francisco-xavier.html>]



Aurora Antiga - Obra de Enoque Pintor [<http://blogdaaurorajc.blogspot.com.br/2012/11/aurora-uma-grande-historia-por-jose.html>]



Vista atual do Bairro São Benedito, a partir do Centro [<http://www.fotoslugares.com.br/imagen/vista-do-bairro-so-benedito.html>]

a propriedade do sítio foi transferida, mediante venda, para o padre Antonio Leite de Oliveira, que edificou ali um oratório, onde celebrava cerimônias religiosas. Sendo assim, concluiu Macedo (1983), o Oratório da Venda pode ser considerado como sendo o núcleo originário de Aurora e, historicamente, o fundador do núcleo urbano foi o padre Antonio Leite de Oliveira, sendo Xavier e Benedito apenas cofundadores, responsáveis por consolidar o processo introduzido pelo padre*. Macedo (1983) salienta a precedência da capela de São Benedito à do Senhor Menino Deus, enfatizando que a denominação Aurora Velha vem precisamente do fato de que só posteriormente surgiu a parte central da cidade, também, por muito tempo, conhecida como "Aurora Nova". Assim, afirma ainda, em 1859, o povoado, propriamente dito, era integrado pela capela de São Benedito e casas adjacente, sendo também conhecido por São Benedito da Venda Grande. (MACEDO, 1983)

Calixto Júnior (2012), autor da obra mais completa sobre Aurora, reafirma a teoria defendida por Joaryvar Macedo, complementando-a. O autor afirma, em seu livro Venda Grande d' Aurora, datar de 28 de fevereiro de 1702 o registro de pedido da primeira sesmaria concedida no trecho do Rio Sal-

gado que atravessa a atual Aurora. A localização das referidas terras contemplava os lugares na época conhecidos como: Morros Dourados, Emboscadas, Crioulas e Ingazeiras. A data de terra foi outorgada pelo Capitão-Mor pernambucano Francisco Gil Ribeiro, líder da capitania do Ceará, a Gil de Miranda Carneiro e ao Coronel Antônio Mendes Lobato, colonizadores, respectivamente, da região Central e Cariri, da Antiga Província do Ceará. O restante do século XVIII, acrescenta ainda Calixto Júnior (2012), apresenta-se marcado por uma série de concessões de datas da referida sesmaria, tendo a ocupação da área se intensificado a partir daí, com base na criação de gado. Sobre o pioneirismo do Pe. Antônio Leite de Oliveira, o autor afirma que, em 1812, foi registrada a doação pelo padre do seu sítio denominado Venda, nas margens do Salgado, aos seus cinco filhos, fruto de sua união com Josefa Leonor da Encarnação. Assim, o padre é historicamente tido como fundador e precursor gênico de Aurora, sendo sua presença citada pelo Padre Antônio Gomes, conceituado pesquisador da história do sul cearense, já por volta de 1800, oficiando no Oratório da Penha, em torno do qual se estruturaria a futura Venda.

CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DE AURORA

Data de cinco de maio de 1846 o primeiro registro da Venda como Povoação, através de documentação oficial. Sobre a Povoação da Venda, coloca Calixto Júnior (2012, p.35):

"Sugere-se aqui, conforme, ter sido a Povoação da Venda originada de um aglomerado de estirpes e pequenas edificações que se sucederam, em cerca de quatro décadas, após a chegada do pioneiro gênico do lugar, o Padre Antônio Leite de Oliveira, por volta da primeira década do século XIX. Conforme se observa, em documentos da época, era a Venda simplesmente um sítio, onde instalara uma vivenda o referido sacerdote, que, apesar de idade avançada, comportava-se levianamente. Com a construção da vivenda, e, logo após, um oratório onde celebrava batizados e outros sacramentos, começou-se a erigir ao redor do ermo lugarejo, outras moradias, aumentando-se o número de pessoas, região de trânsito entre as duas principais aglomerações urbanas do interior do Ceará à época, Cariri (Crato) e Icó." (CALIXTO JÚNIOR, 2012, p. 35)

Acrescenta ainda o autor:

"Progredido poderiam ter, igualmente, os demais sítios ciliares do Salgado e confluências, que assim como o da Venda, se em virtude de motivo qualquer, hou-

vesse se instalado um oratório, ou capela, um templo religioso que se fizesse ponto de movimentação eclesiástica." (CALIXTO JÚNIOR, 2012, p. 35)

A estrada Ribeira do Salgado, cuja construção foi aprovada em 1841, foi instrumento de grande importância no processo de expansão da então Venda, na medida em que contribuiu para o incremento do contingente de habitantes do lugar. A nova estrada ligava o Icó ao Crato, passando pelo território de Lavras, apresentando-se, assim, como principal via de ligação do Cariri a Fortaleza, passando por Icó, principal urbe do interior da província.

Dessa maneira, o jornal O Ara-ripe, em sua edição de 29 de maio de 1858, faz algumas considerações sobre a então Povoação da Venda, reclamando da Presidência da província do Ceará algumas medidas em prol da mesma. Consta na edição, acerca da Venda, que o povoado se mostrava "um lugar populoso, sobre a estrada que conduz do Icó para esta cidade (Crato), a mais frequentada talvez de toda a província.". Contaria Venda, àquela época, com mais de 150 casas de tijolo e duas capelas, além de uma cadeira de primeiras letras (inaugurada em 1857). Destaca-se ainda, no jornal, a necessidade de criação de uma Subdelegacia e de

um Juizado de Paz e Venda, dados os constantes episódios de roubos ali verificados (CALIXTO JÚNIOR, 2012). Como resultado das reclamações do jornal cratense, logo foi implantada uma subdelegacia na Venda, em novembro de 1858, a qual veio a contribuir sobremaneira para o desenvolvimento local e para a elevação da categoria de Povoador à de Distrito, evento que se deu em 1870.

A passagem da Comissão Científica de Exploração rendeu alguns registros relevantes, feitos principalmente por Freire Alemão, naturalista integrante da Comissão, acerca da economia da povoação no período. Afirmou o naturalista sobre a Venda que “a sua cultura industrial consiste principalmente na plantação e preparação de fumo e na de alguns (tipos de) algodão, e em algumas engenhocas onde se faz rapadura e aguardente. Planta-se nas vazantes muito alho e cebola, que se exportam para vários lugares”. (ALEMÃO apud CALIXTO JÚNIOR, 2012, p.49)

Sobre a existência de duas capelas na povoação em 1858, Calixto Júnior (2012) esclarece o relato da Comissão Científica de Exploração, que passou pela região em 1859, e narrou a existência de apenas uma capela no Povoador, a de São Benedito. O autor aponta que a presença da Capela do Menino Deus foi ignorada, certamente, por se localizar na parte mais alta da povoação, encoberta, por ainda não contar com nenhuma torre, pelas casas das primeiras ruas do povoador. O relativo abandono da Capela do Menino Deus, em virtude da morte do Cel. Xavier, em 1846, é também colocado como razão para a sua desconsideração pela Comissão.

O autor acrescenta ainda informações referentes à Capela de São Benedito, que, segundo ele, “foi construída em local, hoje, próximo à Vacaria do Sr. Luiz de Izeudo, no bairro de mesmo nome do Santo, com a frente dirigida ao rio e à antiga estrada da ribeira do Salgado, conhecido o local depois por Senda, e hoje, Avenida João Joaquim dos Santos.” Calixto Júnior (2012, p.44).



“São Benedito na Venda Grande, distante de Lavra 5 léguas, é povoação”, de José Reis de Carvalho, 1859 [<http://lavrasce.blogspot.com.br/2012/12/jose-reis-carvalho-um-artista.html>]

José dos Reis Carvalho, celebre pintor e desenhista da Comissão, retratou a Capela em uma aquarela intitulada São Benedito na Venda Grande, distante de Lavra 5 léguas, é povoação. (imagem 8). A comissão descreve ainda a capela, à época de sua passagem, como estando “inconclusa. Frontão Barroco mingauado e frusto [...]. As paredes laterais ficaram sem reboco” (CALIXTO JÚNIOR, 2012, p.48). O autor enfatiza o considerável rebuscamento arquitetônico da capela, com seu “frontão com simples volutas, ter portas fechadas encimadas por um pequeno óculo e duas janelas.” (CALIXTO JÚNIOR, 2012, p.48), o qual refletia o relevante montante arrecadado pelo Sr. Benedito para a construção da capela.

Após a morte do Sr. Benedito, todavia, os melhoramentos na Capela do Menino Deus se deram mais rapidamente, de forma que esta assumiu a categoria de Freguesia da Venda, o que veio a contribuir para o maior desenvolvimento da “Aurora Nova”, bem como com a elevação da Venda à categoria de Distrito. Assim, em 1893, foi criada a Freguesia do Menino Deus de Aurora, em cujo Livro de Tombo, faz-se referência às benfeitorias incorporadas à capela a partir de 1864, durante a vigência do Pe. Agostinho Affonso Ferreira como pároco de Aurora, o qual “empreendeu na Capela do Senhor Menino Deus, novos serviços, deixando-a coberta, com corredores

e um pequeno consistório pegado à mesma Capela, e um Cemitério” (CALIXTO JÚNIOR, 2012, p.122). Acrescenta ainda que os padres que o sucederam “procuraram sempre ajudados pelo povo, dar a Capela do Senhor Menino Deus o devido asseio, fazendo o reboco, arcos e alguns altares” (CALIXTO JÚNIOR, 2012, p.122). A Capela de São Benedito, por sua vez, estaria, à mesma época, em completo abandono e bastante arruinada. Menciona-se ainda a existência de mais três capelas, em bom estado de conservação, em três localidades: Boa Esperança, Cuncas e Malhada Funda. Destas, apenas Malhada Funda continua pertencendo ao território de Aurora.

Em 1882, foram registradas, no Livro de Tombo da Paróquia de São Vicente Ferrer, considerações sobre o Cemitério e a Capela da Venda. O Cemitério, conforme esclarecido no referido livro, apresentava boas condições, “com alguns túmulos erguidos no lado interno de suas paredes com todas as demais sepulturas e cruzeiras bem conservadas” (CALIXTO JÚNIOR, 2012, p.82). Sobre a Capela, afirmou-se ainda ser a mais importante dentre as existentes em Lavras e que a povoação pretendia desanexar-se de sua Freguesia. A Capela foi narrada como “espaçosa e limpa, e sem degradação alguma, apta para uma Matriz, possuindo já alguns paramentos necessários para o cultivo divino” (CALIXTO JÚNIOR, 2012, p.82).

Logo em seguida, em 10 de novembro de 1883, a Povoação da Venda é elevada à categoria de vila, desagregando-se de Lavras e passando a ser denominada como Vila d'Aurora. Passa, então, por uma série de extinções e restaurações, firmando-se como município em 4 de dezembro de 1933.

Nas décadas que antecederam a instalação da Vila, de acordo com a documentação registrada nos Livros de Notas e Autos de Inventários, Venda conservou-se com um número bastante reduzido de ruas. A mesma documentação faz repetidas referências a casas de taipa com frente de tijolo e encobertas de telhas. Logo após a abertura do Cartório na Vila da Aurora, em 1886, registraram-se imóveis nos seguintes logradouros: Rua do Comércio (atual Av. Santos Dumont) (ver imagens 9 e 10), Rua da Estrada ou Rua Grande (atual Rua Coronel Xavier), Rua do Quadro (hoje, Praça da Matriz), Rua Senador Eptácio Pessoa (hoje Av. Antonio Ricardo), e, por fim, no Beco do Mercado.

Calixto Júnior (2012) reforça a ideia de que a atual Aurora foi originalmente um sítio, transformando-se, posteriormente, em Povoação e depois Distrito de Paz, convertendo-se, então, em Vila de Aurora. Salaria ainda, o autor, que o topônimo deriva não do nome da suposta mulher que trabalhara na Venda, mas sim do fato de este ser um nome à altura do futuro promissor que o povoado esboçava. Sobre Dona Aurora, a referida mulher, inclusive, nada foi encontrado em livros de registros de batismos, casamentos e óbitos das Paróquias da região, ou em qualquer documentação dos cartórios locais. Ainda a esse respeito, o autor apresenta a versão do poeta Serra Azul, figura ilustre aurorense, para o fato:

"Foi esse preto velho Benedito quem teve a feliz inspiração de dar o nome de Aurora àquele local que para o futuro havia de estender-se a toda a cidade e Município, a primeira e única cidade até agora que tem este nome no Brasil, dizem que por sugestão da Princesa Izabel [...]. O nome de Aurora dado à dita mulher dona da venda, de quem ninguém sabe o nome, foi uma invenção minha, quando compus o meu soneto Aurora!" (CALIXTO JUNIOR, 2012, p. 114)

Serra Azul faz ainda referência, em sua obra intitulada Impressões de Viagem a Lavras e Aurora, à má qualidade da iluminação pública de Aurora à época.

Em 1890, um recenseamento apontou a população de Aurora como sendo composta por 3.838 habitantes, sendo que esta contava apenas com um distrito, a sede da Vila. Data do mesmo ano a criação da primeira Lei Orgânica do município de Aurora, que criando um Código de Posturas, regulamentava uma série de aspectos relativos à atividade construtiva e à ao saneamento público. Assim, estabeleceu-se, por exemplo, que a instalação de choupanas, casebres, casas ou qualquer outro edifício, estaria sujeita à aprovação da Intendência, que deveria regular os alinhamentos do edifício. Da mesma forma, as casas de telha a serem construídas deveriam obedecer a algumas condições (ter uma frente de quinze a vinte palmos de altura; ser edificada em tijolo e ter ao menos a fachada rebocada e caiada; ter calçada de seis palmos de largura; possuir portas de 10 a 12 palmos de altura e 5 a 5,5 palmos de largura), sendo que as já edificadas deveriam procurar se adequar a tais condições. Além disso, obrigava-se os moradores a manter as frentes de suas casas e



Atual Av. Santos Dumont, em 1982. [acervo José Cícero]



Atual Av. Santos Dumont, em 1964. [acervo José Cícero]

becos sempre livres de mato e entulhos e proibia-se o despejo de animais mortos ou qualquer forma de lixo nas ruas, praças e becos, bem como proibia-se a criação de porcos nas ruas, mesmo que recolhidos em quintais e muros das casas. Posteriormente, estabeleceu-se ainda a obrigatoriedade, para qualquer proprietário de terreno dentro da vila, de se levantar edifício, em um prazo máximo de 90 dias, no terreno de sua propriedade. (CALIXTO JUNIOR, 2012)

Em 1895, registra-se no cartório da Vila d'Aurora, um documento de compra e venda de uma casa e de um sítio denomina Recreio, nos subúrbios da Vila. Acredita-se que aqui esteja a origem do atual bairro Recreio.

As duas primeiras décadas do século XX se apresentam como um período bastante obscuro na história do município. A seca que assolou a região no início do século deixou o município em estado declarado de calamidade, vindo a vitimar inúmeros aurorenses. Foi ainda uma época marcada por vários conflitos decorrentes do sistema coronelista. A disputa pelo poder político na região e pela demarcação de terras que correspondem hoje aos limites entre Aurora e Milagres, fez de Aurora palco de inúmeros episódios violentos que retardaram o desenvolvimento do município, à época um dos mais prósperos da região. A invasão do povoado por 600 cangaceiros, comandado pelo Cel. Jose Inácio do Barro e apoiado pelo Presidente do Estado, Nogueira Accioli, em 23 de dezembro de 1908, foi o mais devastador desses episódios. Da ocasião, em que casas, comércios e fazendas foram incendiados e inú-

meros estupros foram registrados, resultou a deposição do Cel. Totonho, então chefe político do município, o qual foi sucedido pelo Cel. Candido do Pavão, indivíduo de confiança dos invasores. Segue-se então um período de insegurança, com constantes tiroteios, emboscadas e ataques a residências, só encerrado com a intervenção de Dom Manuel Antonio de Oliveira Lopes, que negociou com os cangaceiros sua retirada do município. O Cel. Candido do Pavão permanece como Intendente Municipal até 1914, quando Manoel Teixeira Leite assume o cargo de primeiro prefeito de Aurora.

Assim, após uma série de episódios sangrentos, tem início, a partir da década de 1920, uma temporada de relativa paz e prosperidade. Destaca-se aqui a construção da Estação Ferroviária de Aurora, inaugurada em sete de setembro de 1920, sendo a primeira estação da região e entroncamento final da Rede de Viação Cearense (RVC) por cerca de dois anos. Pode-se dizer que a estação foi responsável por trazer um desenvolvimento sem precedentes na história local, na medida em que a cidade passou a acolher um grande fluxo de viajantes, comerciantes e autoridades, oriundas sobretudo do Cariri e de parte da Paraíba. Diante desse panorama, Aurora fortaleceu sua posição de núcleo urbano e entreposto comercial. Com isso, edificaram-se novas casas, pontos de hospedagem e venda de comestíveis, alterando-se o desenvolvimento econômico municipal. É aqui que se encontra a origem do Bairro Araçá, a partir da edificação das primeiras casas do "outro lado da linha".



Aspecto da Estação de Aurora por ocasião da chegada do trem inaugural [<http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.html>]

Em meados da década de 1920, Aurora, após um curto período de progresso, tem, mais uma vez, seu desenvolvimento retardado por disputas políticas entre famílias locais e pela passagem do bando de Lampião pelo seu território, as quais perduraram por cerca de uma década. Após esse período, inicia-se um novo momento de prosperidade, marcado pela construção do Jardim Menezes Pimentel, atual Praça da Matriz, inaugurado em 1943, e pela edificação da barragem do rio Salgado, em 1944. Da mesma época data a construção do Mercado Público Municipal, localizado Na Avenida Santos Dumont, que:

“em seus primórdios, apresentava-se timidamente com um único portal frontal de entrada, quatro pequenas janelas frontais, 16 boxes para venda de mercadoria internos, um pátio grande de entrada lateral onde eram também expostos produtos de venda, um banheiro e seis corredores laterais internos.” (CALIXTO JUNIOR, p. 236)

O desenvolvimento do município e sua expansão se intensificaram desde então, datando de oito

de setembro 1971 o Projeto de Lei n 140, primeiro registro documentado envolvendo a delimitação da zona urbana da sede do Município de Aurora. A delimitação indicada na referida lei é apresentada no mapa 1, o qual também revela a forma como a cidade cresceu a partir da referida data, de forma fragmentada e sem planejamento. No mesmo mapa, estão indicados ainda loteamentos instalados no território nos últimos anos, os quais expressam claramente a tendência do município a um espraio ainda mais acentuado.

Tendo seu surgimento e expansão estreitamente vinculados à atividade comercial, Aurora manteve uma economia dominada pelo setor terciário, apresentando um setor de serviços que é responsável por 77% do produto interno bruto do município (IBGE 2013) e emprega aproximadamente 73% da população ocupada no município (IBGE 2013), conforme exposto no 1 gráfico 1 e 2 e nas tabelas 1 e 2. Atualmente, o Município conta também com um sólido e próspero comércio, em que se destaca o setor moveleiro, que compõe uma das maiores redes comerciais de toda a região (Wikipédia).

Antigo Jardim Menezes Pimentel, atual Praça da Matriz, em 1947. [acervo José Cícero]



Travessia do Rio Salgado, quando ainda não havia ponte, em 1935. [acervo José Cícero]



Um dos loteamentos existentes no município. [autora]



Um dos loteamentos existentes no município. [Xavier Neto]

Produto Interno Bruto dos Municípios-2013

Agropecuária	17376.283
Indústria	4982.576
Serviços	49349.754
Administração e serviços públicos	56892.642
Impostos	9227.218

Tabela 1 [IBGE 2013]

Pessoas ocupadas por setor - 2007 a 2013

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agricultura	3	2	2	2	1	1	0
Comércio	91	110	124	125	140	156	166
Indústria	6	2	2	5	6	5	294
Serviços	1621	1745	1465	1541	949	1138	1273

Tabela 2 [IBGE 2013]

Produto Interno Bruto dos Municípios - 2013



Gráfico 1 [IBGE 2013]

Pessoa ocupadas por setor - 2007 a 2013

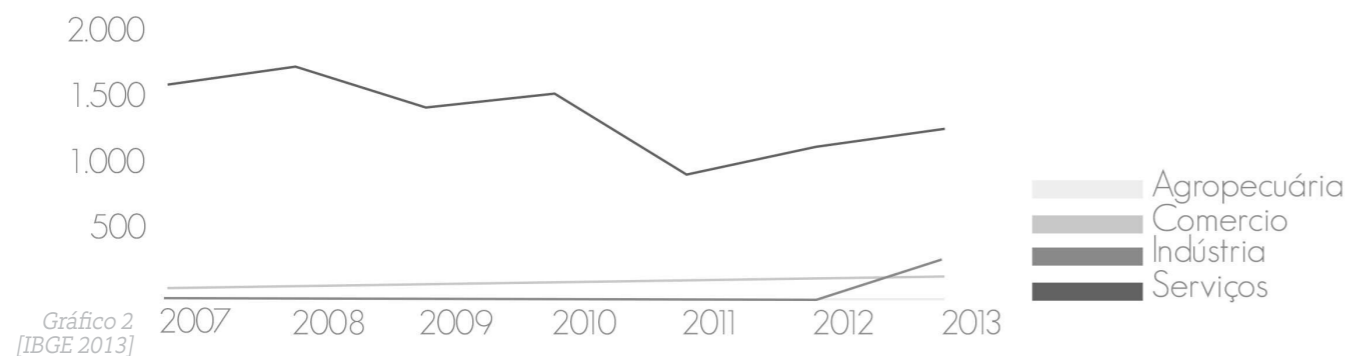


Gráfico 2 [IBGE 2013]

A ATUAL DEMANDA POR UMA ARQUITETURA DE USO MISTO

Embora Aurora apresente uma população ainda marcadamente rural (ver tabela 3) (aproximadamente 52% da população total do município), comércio e serviços se fazem atividades de grande importância para o município, sendo tais atividades as principais responsáveis por movimentar a economia local, como mostram os gráficos 1 e 2 e tabelas 1 e 2, anteriormente expostos.

DEMANDA POR COMÉRCIO

Os estabelecimentos comerciais existentes na área urbana, concentrados sobretudo em sua área central, atendem não só aos moradores da cidade como também aos residentes rurais, gerando deslocamentos diários pendulares de pessoas oriundas de sítios e distritos circunvizinhos em direção à zona urbana do município. Verifica-se ainda o crescimento da população urbana em decorrência da migração contínua de habitan-

tes da zona rural para a cidade. Assim, enquanto, em 2000, cerca de 60% da população de Aurora era rural, em 2010, apenas 52% da população o era (IBGE 2000-2010), como mostra a tabela 4. O aumento do número de estabelecimentos comerciais de pequeno porte - a bodega, o bar da esquina, a lojinha de roupas - é um resultado direto desse processo. Paralelamente a isso, tem-se a expansão de estabelecimentos comerciais já consolidados, os quais, muitas vezes, demandam novos pontos de funcionamento. Além disso, a recente construção da rodovia estadual CE-288, que, em fase de finalização, liga Aurora ao município de Juazeiro do Norte, centro urbano de maior relevância do Cariri, coloca a cidade como forte elo entre Juazeiro e o estado da Paraíba, o que tende a intensificar a atividade comercial no município e o consequente aumento na demanda por pontos físicos para a instalação de estabelecimentos comerciais.

DEMANDA POR SERVIÇOS

Além da demanda por espaços para a instalação de pontos comerciais, há também uma crescente demanda por espaços para o funcionamento de serviços diversos. Isso se dá sobretudo devido ao fato de que há um número cada vez maior de profissionais (em sua maioria, aurorenses) recém formados que procuram atuar na cidade. Assim, advogados, dentistas, médicos, psicólogos, fisioterapeutas, educadores físicos, dentre outros, necessitam de pontos para instalar seus escritórios, clínicas, academias, etc.

DEMANDA POR HABITAÇÃO

A atuação desses profissionais na cidade acaba por gerar não só um aumento na demanda por pontos de serviços, mas também por habitação, haja vista o fato de que, com o ganho de independência financeira, esses profissionais tendem a sair da casa dos familiares, vindo, posteriormente a constituir suas próprias famílias. Uma tendência inversa também é verificada: o número de divórcios no município vem crescendo consideravelmente desde 2011, como indicado na tabela 5, de tal forma que a demanda por moradia por indivíduos solteiros se faz real e significativa. Além disso, constata-se um progressivo aumento no poder aquisitivo da população local, de forma a se notar o surgimento de uma parcela da sociedade que passa a buscar uma forma de moradia que reflita sua condição econômica diferenciada. A grande maioria dessa parcela acaba por se deslocar para áreas periféricas, mais recentes e ainda carentes de infraestrutura básica, da cidade, que, dessa forma, tende ao espraiamento.

O USO MISTO NA CIDADE

Assim, pode-se dizer que há, em Aurora, uma demanda expressiva por espaços que recebam as atividades de comércio, serviço e habitação. Reflexo disso são os edifícios de uso misto, tanto de pequeno como de médio porte que tem se instalado na cidade nos últimos anos. Embora se mantenham em pleno funcionamento, a falta de qualidade arquitetônica e construtiva desses edifícios é notória, sendo elementos básicos como condicionamento ambiental e diálogo com o espaço público desconsiderados em tais edificações.

Dessa forma, pode-se dizer que, diferentemente do que se constata em Fortaleza, o uso misto se mostra elemento recorrente no contexto de cidades interioranas, particularmente em Aurora (conforme exposto no mapa 3, apresentado na seção de diagnóstico), sendo prática comum e espontânea entre os moradores locais, que, com frequência, veem na prática a alternativa mais viável e econômica para moradia. Constrói-se tanto para própria moradia, em uma escala mais modesta, quanto como uma forma de gerar lucro, sob a forma de aluguel. Todavia, essa prática é, geralmente, materializada em uma arquitetura de má qualidade, improvisada e sem identidade. Dado tal panorama, propõe-se esse tema como uma forma de potencializar a prática do uso misto no referido contexto, e, conseqüentemente, incrementar os benefícios que a ela se associam (sobretudo a garantia de uma dinamicidade contínua à área de implantação do projeto, incrementando o senso de comunidade, já tão presente em cidades de pequeno porte), além de evitar o espraiamento demasiado da cidade.

Tabela 3 [IBGE 2010]

População residente, por situação de domicílio e sexo		
	Urbana	Rural
Total	11825	12741
Homens	5699	6525
Mulheres	6126	6216

Tabela 4 [Aurora- Perfil Básico Municipal 2015 - IPECE]

Discriminação	População Residente					
	1991		2000		2010	
	n'	%	n'	%	n'	%
Total	24491	100	25207	100	24566	100
Urbana	8820	36,01	10080	39,99	11825	48,14
Rural	15671	63,99	15127	60,01	12741	51,86
Homens	12195	49,79	12516	49,65	12224	49,76
Mulheres	12296	50,21	12691	50,35	12342	50,24

Tabela 5 [tabela elaborada pela autora, com base em dados do IBGE]

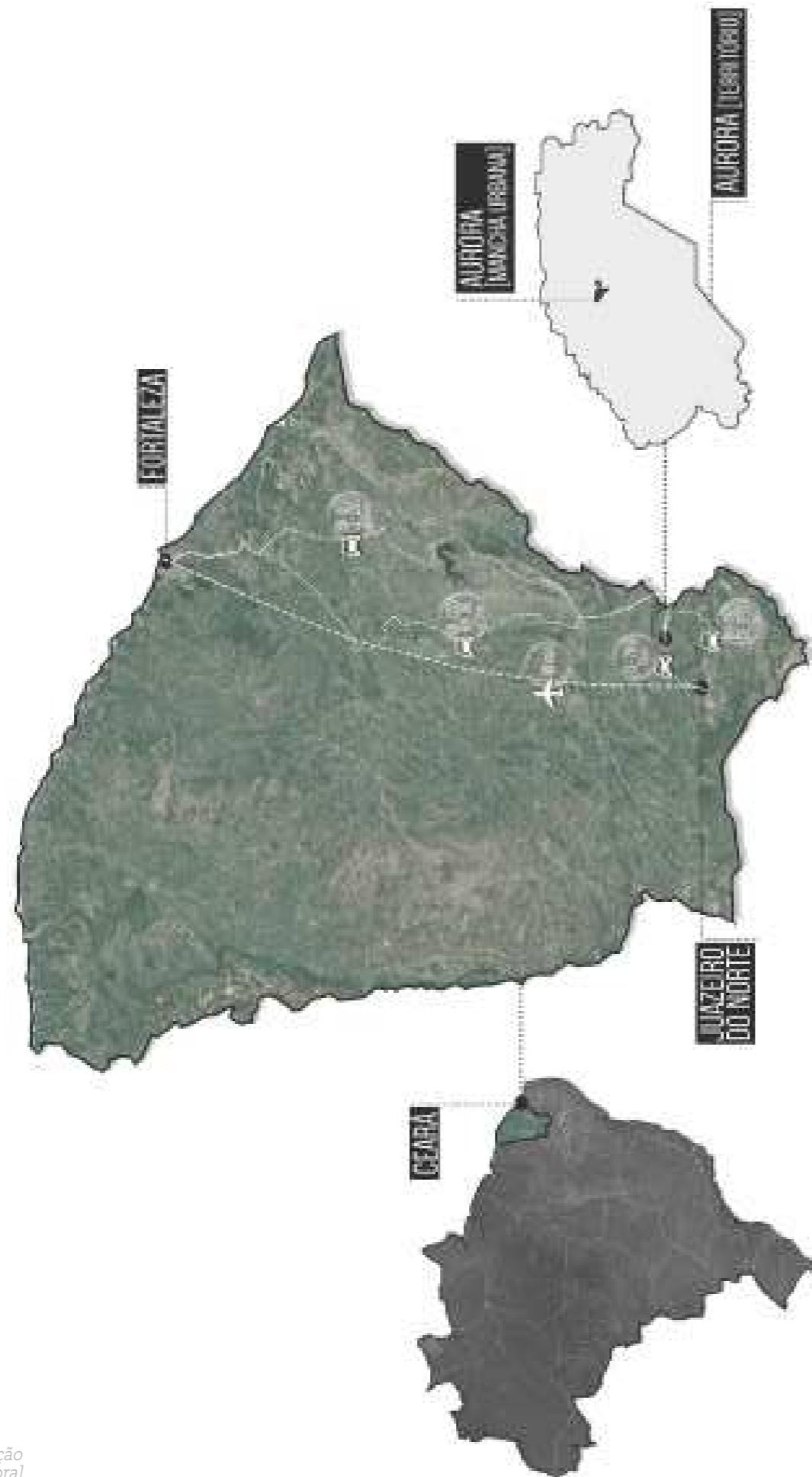
Casamentos e divórcios registrados por ano				
Ano	2011	2012	2013	2014
Casamentos	141	183	178	197
Divórcios	13	23	25	41

AURORA E SUA INSERÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

Contando com uma população de 24.566 habitantes (IBGE 2010), distribuída em um território de aproximadamente 885,836km², Aurora, a cidade escolhida para abrigar o projeto que se pretende desenvolver, apresenta uma população predominantemente rural, como cerca de 12740 pessoas (em torno de 52% da população total) (IBGE 2010) residindo no campo. Como apontado anteriormente, esse quadro de predominância rural tende a ser rompido em Aurora, haja vista os crescentes fluxos migratórios em direção ao meio urbano.

Estando inserida na região político-administrativa do Cariri, microrregião de Barro, no Sul cearense, o município possui quatro distritos: Aurora (sede), Ingazeiras, Santa Vitória e Tipi, nos quais se concentra a maior parte da população. A sua sede se localiza a aproximadamente 475 quilômetros de distância de Fortaleza (Ceará), com o trajeto entre as cidades ocorrendo preponderantemente via BR-116. Ressalta-se que o acesso ao Estado da Paraíba, que faz divisa com Aurora, também ocorre via BR-116. Juazeiro do Norte, cidade

que se insere na região metropolitana do Crajubar*, apresenta-se, entretanto, como principal polo de influência para Aurora, devido à maior proximidade entre os municípios e à inserção na mesma zona administrativa. A conexão entre tais municípios se dá primordialmente via BR-116/CE-293, rota de grande importância no contexto de Aurora por permitir a conexão entre a cidade e outros municípios de relevância no Cariri, como Barro, Missão Velha, Milagres e Barbalha. Todavia, a recente construção da CE-288 facilitou a ligação entre Aurora e Juazeiro, na medida em que se apresenta como uma opção de trajeto mais curto entre os municípios e apresenta melhores condições de pavimentação. Além disso, o novo trecho da rodovia estadual viabilizou uma melhor conexão entre Aurora e Caririaçu, outro município de bastante relevância na região do Cariri. Dessa forma, embora recém-inaugurada, a CE-288 já se coloca como uma rota bastante utilizada, vindo a incrementar consideravelmente o fluxo de veículos na sede de Aurora.



Aurora e sua inserção no Ceará [autora]

UM PARÊNTESES: CRAJUBAR

Resultado do processo de integração territorial dos três municípios mais dinâmicos do Cariri cearense (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha), o conjunto urbano-regional Crajubar tem uma origem que, embora remonte à década de 1960, é reflexo de todo o processo de ocupação e consolidação dos núcleos urbanos que correntemente conformam o Crajubar. Os atributos ambientais favoráveis figuraram, a priori, entre os principais fatores de atração exercida pela região, que, implantada no Vale do Cariri, foi constantemente retratada como um "oásis" em meio aos sertões nordestinos. A atração exercida pelos condicionantes ambientais somou-se, no início do século XX, a variável sociocultural representada pelas peregrinações religiosas, que, articuladas em torno da figura do Padre Cícero Romão Batista, fizeram de Juazeiro do Norte um fortíssimo polo de atração de fiéis, reorientando o dinamismo social e econômico do vale. Um século após a emancipação política de Juazeiro do Norte, o aglomerado Crajubar se apresenta como uma das mais relevantes centralidades dos sertões centrais do Nordeste, de tal forma que, na última década, a região tornou-se palco de empreendimentos públicos e privados de grande relevância no contexto do interior cearense.

Dentre os investimentos estatais, destaca-se a expansão da Universidade Regional do Cariri/URCA e instalação da Universidade Federal do Cariri, bem como a construção do Hospital Regional do Cariri, programado para atender as demandas de alta e média complexidade de todo o Cariri e do centro sul do estado. Além disso, ressalta-se a abertura da Rodovia Pe. Cícero, a qual passa por Aurora e se apresenta como uma

nova conexão entre a região centro-sul e a capital do Estado, vindo a reforçar a centralidade de Juazeiro do Norte. A estes investimentos somam-se as aplicações do setor privado na indústria, comércio e serviços, sobretudo em Juazeiro do Norte. Nesse tocante, enfatiza-se os investimentos relativos ao mercado imobiliário, com expansão das operações tanto na promoção de imóveis residenciais quanto comerciais. Além disso, cita-se a expansão do Cariri Shopping e o surgimento de mais dois equipamentos do gênero, assim como o ingresso de grandes redes de varejo, entretenimento e alimentação nacionais e multinacionais, como os grupos Waal Mart, Carrefour e Casino-Pão de Açúcar. No setor de serviços, merece destaque a expansão da rede de equipamentos de serviços de educação, com o surgimento, na área de ensino superior, de quatro faculdades privadas de base local que atualmente oferecem, em conjunto, vinte e oito cursos de graduação, expressando um panorama que concorreu para a formação de um polo de educação superior na região.

Nesse contexto, atividades e fluxos até então exclusivos aos grandes centros metropolitanos, sendo Fortaleza o mais próximo do Cariri, são atualmente notados no Crajubar. Foi esse dinamismo regional que legitimou a oficialização da Região Metropolitana do Cariri - RMCariri, ocorrida em meados de 2009, sob iniciativa do poder executivo estadual. A mesma abrange os municípios do Crajubar e outros municípios de expressividade na região, sendo eles: Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Aurora, apesar de não se inserir na RMC, tem sua dinâmica econômica e social fortemente condicionada à RMCariri.

ESTRUTURAÇÃO URBANA DA SEDE

Administrativamente, a sede conta atualmente com nove bairros: Centro, Araçá, José Fernandes Campos (Conjunto Habitat - CNEC), José Freire do Amaral (Vila Freire), José Leite de Figueiredo - Zezé da Cruz (Alto da Cruz), Padre Mororó, Recreio, São Benedito (Aurora Velha) e Vila Paulo Gonçalves, distribuídos no território como mostrado no **mapa 2**. Em termos de caracterização físico-espacial e de praxis popular, porém, pode-se dizer que Aurora se divide em cinco grandes bairros: São Benedito (Aurora Velha), Araçá, Centro, Vila Paulo Gonçalves e Alto da Cruz. De forma geral, costuma-se considerar os bairros Padre Mororó e José Fernandes Campos como parte do bairro São Benedito e o bairro Recreio como fragmento do Araçá. A seguir, discorre-se um pouco acerca dos referidos bairros.

SÃO BENEDITO

Também conhecido por “Aurora Velha”, é historicamente tido como o bairro mais antigo da cidade. Embora a Avenida João Joaquim dos Santos, principal via a cruzar o bairro, seja pontuada por uma série de edificações de uso misto (em sua maioria, de pequeno porte e adaptadas a esse tipo de uso) e alguns pontos comerciais, é um bairro que pode ser considerado predominantemente residencial. A presença do uso misto, representado aqui sobremaneira por bares, faz com que a avenida tenha um fluxo de pessoas que se estende até a noite. Dessa forma, crianças brincando na rua assistidas pelas mães que conversam nas calçadas, enquanto os pais assistem o futebol na mesa do bar mais próximo, faz-se cena cotidiana na vida

do bairro. A baixa velocidade (30 km/h) permitida para veículos na via é um fator que vem a contribuir para tal cenário. Ressalta-se que o bairro abriga equipamentos bastante relevantes, como o Hospital Ignez Andrezza e a Igreja de São Vicente (antiga Capela de São Benedito).

PADRE MORORÓ

Apresentando-se como uma extensão do bairro São Benedito no sentido sul, o bairro tem origem bastante recente, tendo o início de sua estruturação vinculada à fundação da EEIF Antônio Landim de Macêdo, em novembro de 1999. As primeiras casas se instalaram em frente ao colégio, sendo a construção dos conjuntos habitacionais situados a noroeste da escola, às margens da rodovia CE-153, que liga Aurora ao Distrito de Ingazeiras, mais recente. De uma forma geral, pela predominância massiva de residências e pela ausência de espaços públicos de convívio, é um bairro que se mostra ainda um tanto ruralizado, tendo, inclusive, sua pavimentação ocorrido apenas recentemente, em meados de 2016. A despeito disso, verifica-se um esboço de ampliação do bairro em seu sentido sul, decorrente da existência de um novo loteamento, ainda pouco edificado, a oeste da rodovia CE-153, conforme apresentado no **mapa 1**.

JOSÉ FERNANDES CAMPOS

Tendo como núcleo de origem o Conjunto Habitacional Habitat, implantado a oeste do então Centro Educacional Paulo Gonçalves (CNEC), atual Secretaria de Educação do Município o bairro se apresenta atualmente como um dos mais populosos da sede. Expandindo-se nas direções leste, ao longo da Rua Candido Ribeiro Neto, e oeste, alcançando a linha ferroviária, delinea-se como um futuro ponto de conexão entre os bairros São Benedito e Recreio. Nota-se uma expansão do bairro também na direção sul, embora ainda de forma orgânica e sem contar com uma infraestrutura urbana adequada. Contando com pavimen-

tação em quase toda a sua área e apresentando uma considerável mistura de usos, o bairro possui áreas mais urbanas que o bairro Padre Mororó, mostrando um maior movimento de pessoas nas ruas, inclusive no período da noite.

RECREIO

Situado entre os bairros José Fernandes Campos e Araçá, é segregado deste último pelo açude do antigo Sítio Recreio, desenvolvendo-se as margens da linha ferroviária, a qual separa o bairro do Bairro José Fernandes Campos. Um dos bairros mais antigos do município (sua origem remonta ao final do século XIX), não se desenvolveu significativamente desde então, apresentando-se ainda como um bairro essencialmente rural. Algumas poucas residências se distribuem dentro de seus limites, sem obedecer nenhuma malha urbana propriamente dita. Ressalta-se ainda a presença no bairro de equipamentos de considerável importância no contexto da cidade, como a loja maçônica, que funciona, casualmente, como casa de eventos, bem como uma granja, que reforça o aspecto rural da área.

ARAÇÁ

Bairro mais populoso da cidade, é onde reside a maior parcela da população de baixa renda da cidade. É para lá que geralmente se dirigem as famílias que abandonam a zona rural para viver na cidade, devido principalmente aos baixos aluguéis praticados no bairro. Os baixos preços, por sua vez, refletem não só a má qualidade das habitações ali encontradas, mas também a deficiente infraestrutura urbana da área. Como os demais bairros, é majoritariamente residencial. A presença dos usos misto e comercial se faz, todavia, bastante significativa ao longo das duas principais vias do bairro, a Rua Coronel José Leite e a Rua Cícero Jose do Nascimento, sobretudo em suas extremidades leste, o que provavelmente reflete o fato de ali se encontrar o núcleo originário do bairro e a proximidade

com o Centro. Essa região do bairro vem sendo palco de uma hodierna valorização imobiliária. Devido à grande extensão do bairro, constata-se o afloramento pontual de edificações de uso misto fora da zona central do bairro, sendo as mesmas de pequeno porte e frutos de uma adaptação posterior a esse tipo de uso. A existência de equipamentos de grande porte e relevância no contexto da cidade se mostra outra característica notável do bairro, que, acomoda, por exemplo, a Policlínica Acilon Gonçalves, a EEEP Leopoldina Gonçalves Quezado e a EEFM Monsenhor Vicente Bezerra, escola mais antiga do município. Essa mistura de usos permite um significativo fluxo de pessoas no bairro durante todo o dia e também à noite. Ressalta-se ainda que o bairro tornou-se recentemente, com a finalização da rodovia estadual CE-288, ponto de acesso ao município, tendo o fluxo de veículos em seu interior significativamente incrementado.

CENTRO

Bairro cuja origem é praticamente concomitante à do Bairro São Benedito, acabou por prosperar mais rapidamente que este, estando intimamente ligado à gênese e à expansão do município. Embora predominantemente residencial, a presença das atividades de comércio e serviços é marca forte do bairro, de forma que este guarda os exemplos mais representativos da arquitetura comercial e de uso misto da cidade. A maior concentração desses exemplares se localiza ao norte da Igreja Matriz Senhor Menino Deus, região a partir da qual surgiu o bairro, formando aquilo que pode ser dito centro comercial e de serviços de Aurora. Ali, embora seja registrado um fluxo intenso de pessoas ao longo do dia, verifica-se uma ausência de vida urbana durante

a noite, decorrente da escassez de atividades que atraíam a presença humana no horário pós-comercial, a despeito da proximidade da Praça da Matriz, principal ponto de atração de vida noturna na cidade. Equipamentos de grande relevância na cidade se localizam nas adjacências desse centro, sendo a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Cultura exemplos desses equipamentos. Vale ressaltar ainda que a Avenida Antônio Ricardo, eixo viário de extrema importância no contexto do município e que tende a se tornar ainda mais basililar em função de sua conexão à rodovia estadual CE-288, margeia o referido centro comercial, pondo-se entre este e a centralidade representada pela Igreja Matriz e a Praça da Matriz.

VILA PAULO GONÇALVES

Bairro estruturado em torno da Avenida Vicente Tavares Simões, extensão da rodovia Estadual Orlando Leite de Macedo (CE-286), que dá acesso ao município a partir da BR-116, é quase que exclusivamente residencial, estando em sua porção norte, de uma forma geral, concentradas as moradias da parcela mais abastada da população. Tem sua origem vinculada à implantação da EEFM Tabelaio José Pinto Quezado, popularmente conhecido como "Estadual" uma das mais importantes escolas do município, a qual é responsável por boa parte do fluxo de pessoas no bairro. A presença de outros equipamentos de grande porte, como a Cooperativa Agrícola Mista De Aurora, o Centro Social Urbano (CSU) e a Delegacia Municipal de Polícia Civil, os quais se aglutinam na zona central do bairro, é característica pronunciada do mesmo. A despeito da presença do "Estadual" e apesar de possuir edifícios que congregam atividades voltadas à alimentação e lazer,

a Vila Paulo Gonçalves se apresenta como um bairro de baixo fluxo de pedestres, em função de seu afastamento do restante da cidade, o que faz do veículo automotor um elemento quase indispensável ao acesso ao bairro. Apesar disso, verifica-se uma tendência à expansão do município em direção à extremidade leste do bairro, estando dois extensos loteamentos situados nessa área.

JOSÉ FREIRE DO AMARAL

Originando-se a partir de uma propriedade da família Freire do Amaral, mostra-se como um bairro ainda caracteristicamente rural. Possuindo alguns pequenos pontos comerciais, é predominantemente residencial. Abriga também a maior casa de shows da cidade, que, edificada há alguns anos, é ainda subutilizada. Situado a leste da Vila Paulo Gonçalves, desenvolveu-se ao longo da via conhecida como Estrada dos Martins, que permanece não pavimentada, a qual dá acesso a sítios expressivos do território aurorense, como o Sítio Martins, o Grossos e o Coxá.

ALTO DA CRUZ

Bairro mais recente de Aurora, é também o menos extenso. Exclusivamente residencial e térreo, apresenta-se dominado pela tipologia de casas geminadas, normalmente de baixa qualidade arquitetônica. Apresenta-se ainda como um bairro deficiente em termos de infraestrutura urbana, não estando ligado a uma rede de esgoto e apresentando trechos ainda não pavimentados. Possui uma pequena praça em sua área central, a qual abriga o monumento de uma cruz, elemento vinculado à denominação do bairro. Sublinha-se ainda que a partir deste bairro tem-se acesso à estrada que liga a cidade a Lavras da Mangabeira,

município que mantém relevante vínculo econômico com Aurora.

Vê-se que, de uma forma geral, os bairros apresentam limites irregulares, bastante orgânicos, os quais revelam um processo de urbanização não planejado, guiado pelo relevo e por elementos construídos, tais como a linha férrea que corta a cidade no sentido norte-sul e a Av. Antonio Ricardo, que, estendendo-se como Av. Vicente Tavares Simões, cruza a cidade em seu sentido leste-oeste e se apresenta como principal eixo viário da mesma. Como esclarecido anteriormente, foi em torno do Rio Salgado*, caminho natural dos comerciantes à época da formação do território cearense, que teve início a povoação que viria a originar Aurora, com seus bairros mais antigos, o Centro e o São Benedito, se estruturando às margens do rio. A Av. Antonio Ricardo, por sua vez, margeando a Igreja Matriz, berço do município, orientou a expansão do Bairro Centro. Aparecendo como um prolongamento da Av. Antonio Ricardo, a Av. Vicente Tavares Simões funciona como eixo estruturador do Bairro Vila Paulo Gonçalves, bairro de origem recente, segregado do núcleo primitivo da cidade pelas águas do Rio Salgado. A linha férrea, por seu turno, atua como elemento físico que marca a divisa entre os bairros Centro e Araçá, maiores bairros da cidade. Ressalta-se ainda a existência de outro forte eixo viário no sentido norte-sul da sede, o qual liga o distrito de Ingazeiras à cidade de Lavras da Mangabeira. Às margens desse eixo, surgiu o Alto da Cruz, bairro mais recente do município, situado na extremidade norte de seu território, bem como o Bairro Padre Mororó, no sul da cidade.

UM PARÊNTESES: O RIO SALGADO

O rio Salgado tem suas nascentes na chapada do Araripe, na divisa dos estados de Ceará e Pernambuco, e em seu curso reúne drenagens originadas nas terras altas nos limites do Ceará com Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Apresenta como principais afluentes os rios Bataieiras, Granjeiro, Riacho do Saco, Riacho Lobo, rio Carás, Riacho São José, rio Missão Velha, Riacho dos Porcos, Riacho do Cuncas, Riacho Olho D'água, Riacho Rosário e Riacho São Miguel. Seus terrenos são formados 85% de rochas cristalinas e 15% de rochas sedimentares, estando os melhores aquíferos localizados na Bacia Sedimentar do Araripe, na região ocupada pelo Crajubar (COGERH, 2007). Aurora está incluída na parcela da bacia composta por rochas cristalinas, apresentando, assim, terrenos pouco favoráveis à atividade agrícola.

USO DO SOLO E ESCALA URBANA

No que tange a questão do uso do solo urbano, Aurora se mostra uma cidade predominantemente residencial, sendo todos os seus bairros compostos majoritariamente por casas, conforme exposto no **mapa 3**. Como ressaltado anteriormente, nota-se que, de um modo geral, a origem dos bairros está ligada à instalação de equipamentos institucionais, sobretudo escolas e igrejas, a partir dos quais as residências passaram a se acomodar. Observa-se uma mistura de usos mais ressaltada nos três maiores bairros da cidade, Araçá, Centro e São Benedito.

No Araçá, essa mistura ocorre na área originária do bairro, nas proximidades da antiga estação ferroviária, concentrando-se ao longo das duas principais vias do bairro, a Rua Coronel José Leite e a Rua Cícero Jose do Nascimento. O uso misto é bastante intenso nessa área do bairro, que se mantém bastante viva ao longo do dia e no início da noite. É, todavia, um uso misto de pequeno porte, resultado de adaptações de moradias,

que tem seus cômodos frontais ou seus térreos, em caso de habitações com mais de um pavimento, ocupados por bodegas, mercearias, bares, lanchonetes, salões de beleza, entre outros usos.

No Centro, essa área de usos mais diversificados se localiza na zona mais central do bairro, no entorno do terreno escolhido para o projeto desenvolvido neste trabalho. Neste bairro, embora se verifique uma forte presença de edifícios adaptados ao uso misto, concentra-se a maioria dos edifícios na cidade destinados originalmente a esse tipo de uso, os quais, normalmente construídos sem a orientação de um arquiteto, mais se aproximam, em termos de porte e tipologia, ao edifício projetado neste trabalho. Todavia, ao contrário do que ocorre no bairro Araçá, essa área do Centro não apresenta um movimento perene de pessoas, com ruas cujo fluxo de pessoas vai sendo reduzido ao longo do dia, tornando-se praticamente nulo no período da noite, haja vista as altas temperaturas e

a escassez de sombras registradas no período da tarde, bem como o não funcionamento da grande maioria dos estabelecimentos comerciais e de serviço na área durante a noite.

O bairro São Benedito, por sua vez, apresenta uma mistura de usos que se concentra ao longo de sua via principal, a Avenida João Joaquim dos Santos, em seu trecho inicial, mas ao Norte. Como citado anteriormente, a considerável presença de bares e restaurantes garante uma movimentação razoável de pessoas na área, principalmente durante a noite.

Salienta-se que o hábito de sentar à calçada para conversar à noite, ainda tão forte na cultura das cidades interioranas, acaba por gerar um considerável movimento de pessoas nas ruas em praticamente toda a extensão da cidade, mesmo ao longo das vias estritamente residenciais. O entorno imediato do terreno trabalhado se apresenta, contudo, como um dos raros espaços da cidade em que tal padrão não se verifica, haja

vista a quase completa escassez de uso residencial ali registrada.

No que concerne à escala construída da cidade, observa-se a total predominância de edifícios térreos, tal como exposto no **mapa 4**. A presença de edificações de dois pavimentos (térreo mais primeiro pavimento) é também notável nos três maiores bairros da cidade, Araçá, Centro e São Benedito, assim como na Vila Paulo Gonçalves, correspondendo, frequentemente, a edifícios de uso misto. Os maiores gabaritos, por sua vez, são registrados exclusivamente no bairro Centro, com edifícios de três ou mais pavimentos se concentrando no entorno do terreno que abriga o projeto desenvolvido neste trabalho. Representam, em sua maioria, as poucas edificações da cidade originalmente concebidas como edifícios de uso misto. Alguns exemplos desses edifícios estão destacados no **mapa 5**. Tem-se, dessa forma, uma cidade cuja escala se mostra bastante horizontal.



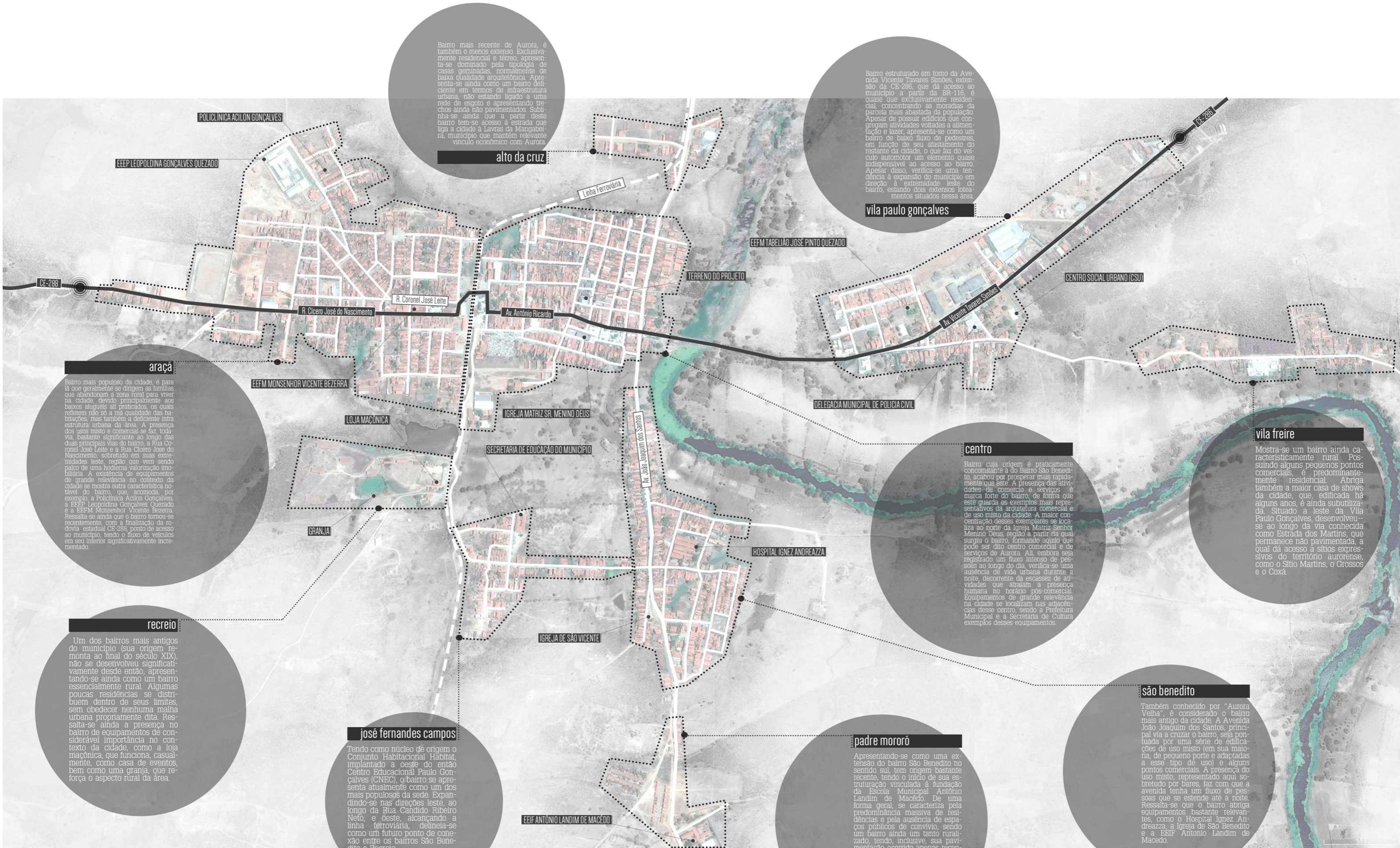
MAPA I [AUTORA]
ZONA URBANA DE AURORA

LEGENDA

— (blue dotted line)	limites em 1971
— (red dotted line)	limites atuais
— (dashed line)	loteamentos

0 100 200 300





Bairro mais recente de Aurora, é também o menos extenso. Exclusivamente residencial e térreo, apresenta-se dominado pela tipologia de casas geminadas, normalmente de baixa qualidade arquitetônica. Apresenta-se ainda como um bairro deficiente em termos de infraestrutura urbana, não estando ligado a uma rede de esgoto e apresentando trechos ainda não pavimentados. Sublinha-se ainda que a partir deste bairro tem-se acesso à estrada que liga a cidade à Lavras da Mangabeira, município que mantém relevante vínculo econômico com Aurora.

Bairro estruturado em torno da Avenida Vicente Tavares Simões, extensão da CE-288, que dá acesso ao município a partir da BR-116, é quase que exclusivamente residencial, concentrando as moradias da parcela mais abastada da população. Apesar de possuir edifícios que congregam atividades voltadas à alimentação e lazer, apresenta-se como um bairro de baixo fluxo de pedestres, em função de seu afastamento do restante da cidade, o que faz do veículo automotor um elemento quase indispensável ao acesso ao bairro. Apesar disso, verifica-se uma tendência à expansão do município em direção à extremidade leste do bairro, estando dois extensos loteamentos situados nessa área.

araçá
Bairro mais populoso da cidade, é para lá que geralmente se dirigem as famílias que abandonam a zona rural para viver na cidade, devido principalmente aos baixos aluguéis ali praticados, os quais refletem não só a má qualidade das habitações, mas também a deficiente infraestrutura urbana da área. A presença dos usos misto e comercial se faz, todavia, bastante significativa ao longo das duas principais vias do bairro, a Rua Coronel José Leite e a Rua Cícero José do Nascimento, sobretudo em suas extremidades leste, região que vem sendo palco de uma hodierna valorização imobiliária. A existência de equipamentos de grande relevância no contexto da cidade se mostra outra característica notável do bairro, que acomoda, por exemplo, a Policlínica Acilon Gonçalves, a EEFP Leopoldina Gonçalves Quezado e a EEFM Monsenhor Vicente Bezerra. Ressalta-se ainda que o bairro tornou-se recentemente, com a finalização da rodovia estadual CE-288, ponto de acesso ao município, tendo o fluxo de veículos em seu interior significativamente incrementado.

recreio
Um dos bairros mais antigos do município (sua origem remonta ao final do século XIX), não se desenvolveu significativamente desde então, apresentando-se ainda como um bairro essencialmente rural. Algumas poucas residências se distribuem dentro de seus limites, sem obedecer nenhuma malha urbana propriamente dita. Ressalta-se ainda a presença no bairro de equipamentos de considerável importância no contexto da cidade, como a loja maçônica, que funciona, casualmente, como casa de eventos, bem como uma granja, que reforça o aspecto rural da área.

josé fernandes campos
Tendo como núcleo de origem o Conjunto Habitacional Habitat, implantado a oeste do então Centro Educacional Paulo Gonçalves (CNEC), o bairro se apresenta atualmente como um dos mais populosos da sede. Expandindo-se nas direções leste, ao longo da Rua Candido Ribeiro Neto, e oeste, alcançando a linha ferroviária, delimita-se como um futuro ponto de conexão entre os bairros São Benedito e Recreio.

padre mororó
Apresentando-se como uma extensão do bairro São Benedito no sentido sul, tem origem bastante recente, tendo o início de sua estruturação vinculada à fundação da Escola Municipal Antônio Landim de Macedo. De uma forma geral, se caracteriza pela predominância massiva de residências e pela ausência de espaços públicos de convívio, sendo um bairro ainda um tanto ruralizado, tendo, inclusive, sua pavimentação ocorrido apenas recentemente. A despeito disso, verifica-se um esboço de ampliação do bairro em seu sentido sul, decorrente da existência de um novo loteamento, ainda pouco edificado, a oeste da rodovia CE-153.

vila freire
Mostra-se um bairro ainda caracteristicamente rural. Possuindo alguns pequenos pontos comerciais e predominantemente residencial. Abriga também a maior casa de shows da cidade, que, edificada há alguns anos, é ainda subutilizada. Situado a leste da Vila Paulo Gonçalves, desenvolveu-se ao longo da via conhecida como Estrada dos Martins, que permanece não pavimentada, a qual dá acesso a sítios expressivos do território aurense, como o Sítio Martins, o Grossos e o Coxá.

centro
Bairro cuja origem é praticamente concomitante à do Bairro São Benedito, acabou por prosperar mais rapidamente que este. A presença das atividades de comércio e serviços é marca forte do bairro, de forma que este guarda os exemplos mais representativos da arquitetura comercial e de uso misto da cidade. A maior concentração desses exemplares se localiza ao norte da Igreja Matriz Senhor Menino Deus, região a partir da qual surgiu o bairro, formando aquilo que pode ser dito centro comercial e de serviços de Aurora. Ali, embora seja registrado um fluxo intenso de pessoas ao longo do dia, verifica-se uma ausência de vida urbana durante a noite, decorrente da escassez de atividades que atraíam a presença humana no horário pós-comercial. Equipamentos de grande relevância na cidade se localizam nas adjacências desse centro, sendo a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Cultura exemplos desses equipamentos.

são benedito
Também conhecido por "Aurora Velha", é considerado o bairro mais antigo da cidade. A Avenida João Joaquim dos Santos principal via a cruzar o bairro, seja pontuada por uma série de edificações de uso misto (em sua maioria, de pequeno porte e adaptadas a esse tipo de uso) e alguns pontos comerciais. A presença do uso misto, representado aqui sobretudo por bares, faz com que a avenida tenha um fluxo de pessoas que se estende até a noite. Ressalta-se que o bairro abriga equipamentos bastante relevantes, como o Hospital Ignez Andrezza, a Igreja de São Benedito e a EIF Antonio Landim de Macedo.

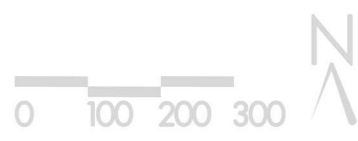


MAPA 3 [AUTORA]

LEGENDA

USOS

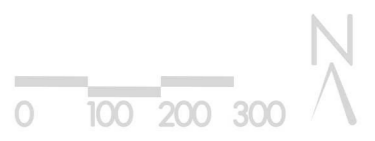
residencial comercial serviços alimentação/bar misto institucional depósito/sem uso praça





MAPA 4 [AUTORA]
GABARITOS

1 pavimento	2 pavimentos	3 pavimentos	4 ou mais pavimentos
-------------	--------------	--------------	----------------------





MAPA 5 [AUTORA]
 EXEMPLOS DE EDIFÍCIOS DE USO MISTO EM AURORA



O TERRENO ESCOLHIDO E SEU ENTORNO

O terreno proposto está situado no bairro Centro de Aurora, área onde se concentra o maior volume de atividade comercial da cidade. Embora o uso residencial seja muito marcante no bairro, este conta com um grande número de lojas dos mais variados ramos, sendo também o comércio informal bastante presente na área. O terreno escolhido se insere na área mais central do bairro, essencialmente comercial, e está próximo de instituições importantes do município, como a Igreja Matriz e a sede da Prefeitura Municipal.

Atualmente, o terreno abriga dois edifícios, sendo que em um deles funciona uma loja de móveis e eletrodomésticos, enquanto o outro se encontra abandonado, sem uso, estando cercado por tapumes. A via que se põe entre os dois edifícios, oficialmente sem denominação, pertence ao terreno que atualmente se encontra sem uso. Juntos, os edifícios e a via entre eles conformam uma pequena quadra, em torno da qual, todas as manhãs, distribuem-se inúmeras barracas que comercializam principalmente frutas, verduras e vestuário, configurando a tradicional feira da cidade.

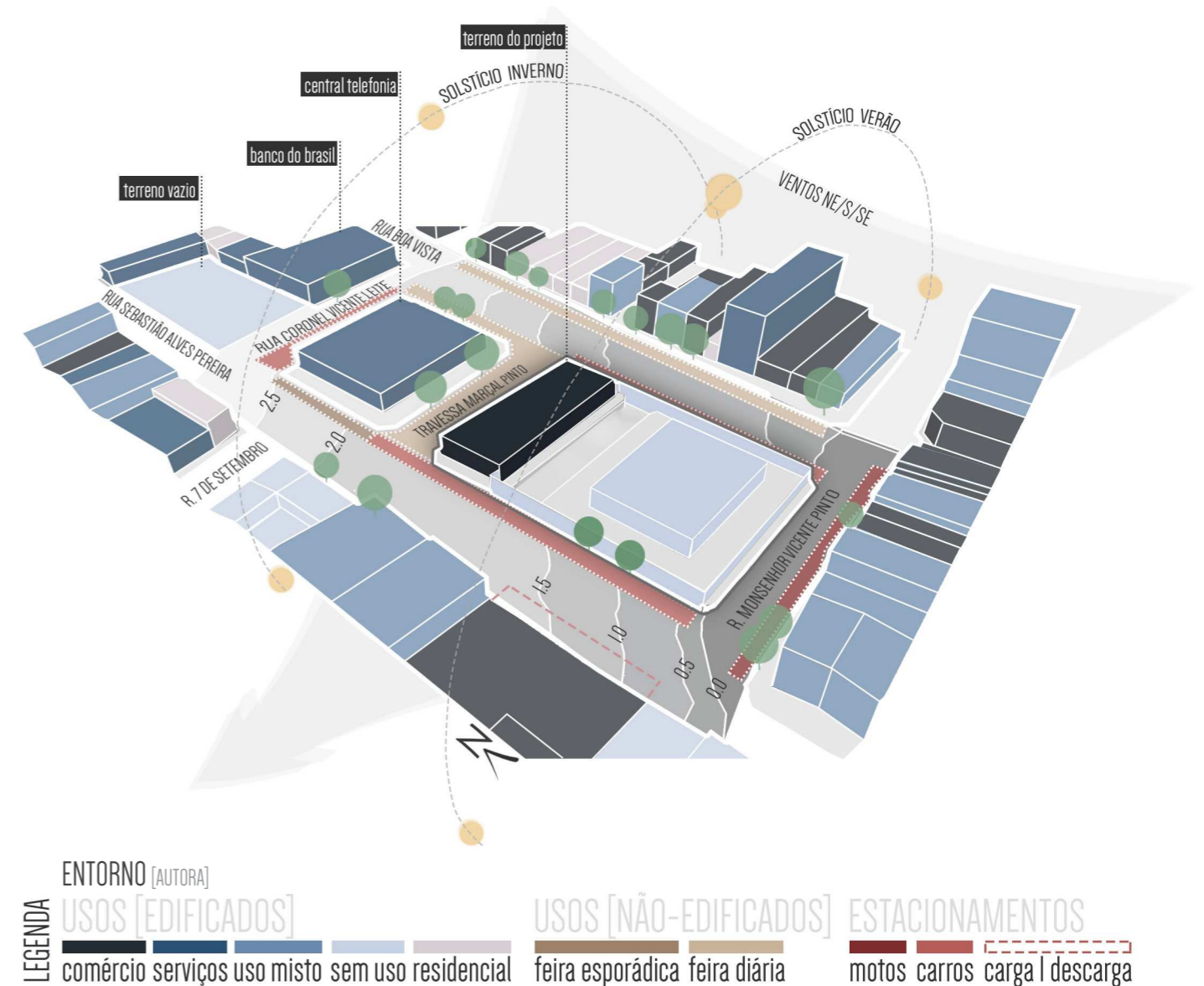
O edifício correntemente ocioso abrigava, em suas origens, um centro comercial, vindo a abrigar, posteriormente, a sede do BEC (Banco do Estado do Ceará), no município. No ano de 1998, a loja de móveis e eletrodomésticos que atualmente funciona no prédio vizinho, instala-se no até então prédio do BEC. Conforme mencionado anteriormente, o prédio se encontra atualmente em estado de quase total abandono, tendo sua arquitetura original sido sobremaneira alterada e estando sua estrutura comprometida.

O terreno que atualmente abriga a loja de móveis e eletrodomésticos, por sua vez, apresenta um bom estado de conservação, tendo sua arquitetura original praticamente intacta, pelo menos exteriormente, conforme exposto nas fotografias do entorno contidas neste trabalho. Internamente, sua arquitetura original foi completamente descaracterizada. Edificado na década de 1940, por José Alves Pinto, conhecido como “Sr. Eié”, que recebeu o terreno via doação da Paróquia Senhor Menino Deus de Aurora, o prédio abrigou inicialmente um pequeno complexo comercial. No mesmo, funcionava

uma mercearia, a famosa “Venda”, em sua extremidade Leste, sendo o restante do espaço do prédio ocupado por pequenas salas comerciais, destinadas aos mais variados usos (açougues, barbearias, estabelecimento de conserto de eletrodomésticos, etc.). Em 2007, o edifício deixa de funcionar como centro comercial e passa a abrigar a loja de móveis que até então funcionava no antigo prédio do BEC. Nesta transição, ocorreram as maiores alterações na arquitetura do prédio. As portas de madeira que davam ritmo às fachadas foram fechadas com alvenaria de tijolo de barro. Esse ritmo, entretanto, não se perdeu por completo, dado que a marcação dos vãos permaneceu. O mesmo foi, todavia, parcialmente quebrado na fachada Leste, onde um grande portão foi instalado, e nas extremidades da fachada Norte, onde portões menores foram abertos. Interiormente, foram removidas as paredes de alvenaria que dividiam o prédio em salas comerciais, dando origem a um espaço mais amplo, mais adequado ao funcionamento

da loja de móveis. Um conjunto de pilares foi locado no eixo central do prédio, como forma de apoiar a cobertura. Seu piso original também foi removido, sendo substituído por um piso cerâmico comum.

A feira, que atualmente ocorre de maneira desorganizada, sem zoneamento das barracas nem qualquer tipo de fiscalização, combina-se com o alto volume de carros e motos estacionados na área, compondo, dessa forma, um cenário quase caótico no entorno do terreno. Durante a tarde, as barracas são desmontadas, o número de veículos estacionados é substancialmente reduzido, e o movimento de pessoas no entorno do terreno cai consideravelmente, fato decorrente não só da ausência de atividades que atraiam gente nesse período, mas também das altas temperaturas e da escassez de sombra na área. À noite, a área fica praticamente abandonada, haja vista a citada inexistência de atrativos urbanos no entorno imediato, bem como a predominância do uso comercial e de serviços ali verificada.



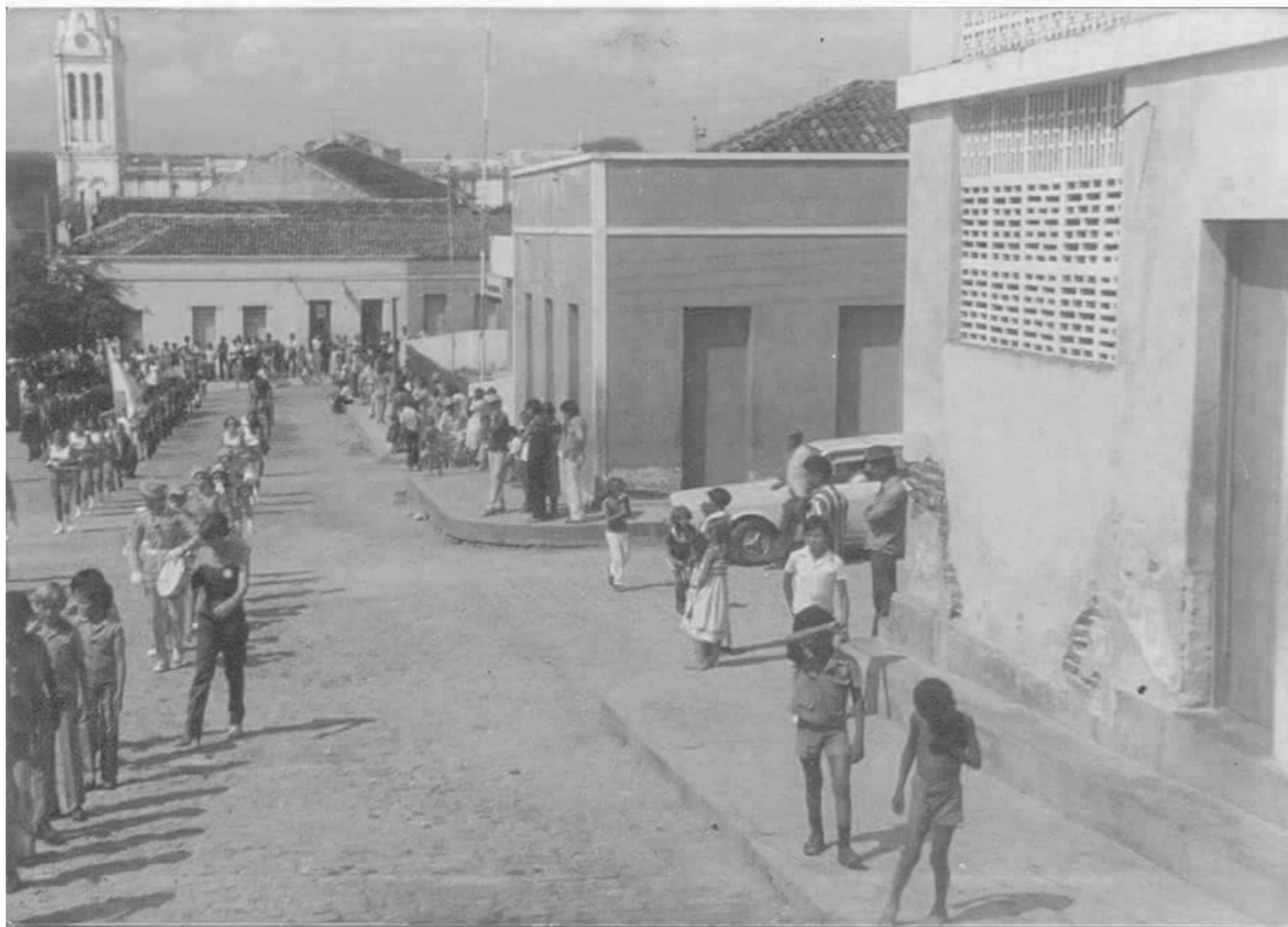
Vista da Rua Sebastião Alves Pereira, a partir da esquina da Rua 7 de Setembro, durante o desfile do Dia da Independência. [acervo José Cícero]



Vista da Rua Sebastião Alves Pereira, a partir da esquina da Rua 7 de Setembro, em outubro de 2016. [autora]



Vista da atual Rua Boa Vista, a partir da esquina da Rua Coronel Vicente Leite, em 1982. [acervo José Cícero]



Desfile 7 de Setembro – Rua do Comércio – 82

Vista da atual Rua Boa Vista, a partir da esquina da Rua Coronel Vicente Leite, em agosto de 2016. [autora]



O antigo prédio do BEC
teve sua arquitetura
original alterada e se
encontra em estado de
deterioração - outubro
de 2016 [autora]



O antigo prédio do BEC
teve sua arquitetura
original alterada e se
encontra em estado de
deterioração - outubro
de 2016 [autora]





Feira que acontece no entorno - outubro de 2016 [autora]



Feira que acontece no entorno - outubro de 2016 [autora]

A localização do referido terreno se justifica pelo fato de que a proximidade com a área comercial tende a garantir a mínima movimentação de pessoas necessária à manutenção de um edifício comercial de médio porte numa cidade como Aurora. Tal escolha atuariaria também no sentido de dar uso ao espaço correntemente ocupado por um edifício que se encontra ocioso no coração da cidade. Vê-se ainda a oportunidade de se pensar uma proposta para o melhoramento da infraestrutura que acolhe a feira da cidade, a qual, embora seja um elemento indispensável à economia local e já intrinsecamente ligado à cultura do lugar, atualmente funciona de maneira desordenada, quase precária. Além disso, vê-se a possibilidade de inclusão de estabelecimentos como restaurantes e academia no complexo a ser projetado como um instrumento que contribuiria para estender o uso da área ao período da noite, garantindo o uso contínuo do espaço. Essa perenidade de usos seria também estimulada pelo incremento do uso residencial na área, decorrente do programa do projeto, que inclui moradias. Ademais, como verificamos no mapa 4, no entorno do terreno

no situam-se alguns dos edifícios de maior gabarito da cidade (ver imagens 16, 17, 18 e 19). Destarte, considerando essa preexistência e a ausência de legislação, atestada em declaração concedida pela Prefeitura Municipal, que regule o espaço construído na cidade, tem-se a possibilidade de se desenvolver um projeto de gabarito mais alto sem que se agrida tanto a escala urbana do entorno.

Em termos de condicionantes naturais, nota-se a existência de uma topografia com um desnível consideravelmente acentuado na direção norte-sul, sendo a extremidade norte do terreno, que margeia a Travessa Marçal Pinto, cerca de 1,50m mais elevada que a sul, ladeada pela Rua Vicente Pinto. O sol atua sobre o terreno conforme o exposto na imagem 15, sendo que as maiores fachadas do terreno, leste e oeste, recebem altos níveis de radiação solar. Correntemente, verifica-se a quase completa inexistência de vegetação protegendo as referidas fachadas. No que concerne a questão dos ventos dominantes na área, segundo informações retiradas do site climatempo, tem-se ventos predominantemente oriundos de leste, sudeste e nordeste.



O movimento no entorno decai ao longo do dia, sendo praticamente nulo durante a noite.[autora]

A vida urbana no entorno é praticamente nula.
[autora]



ESTADO DO CEARÁ

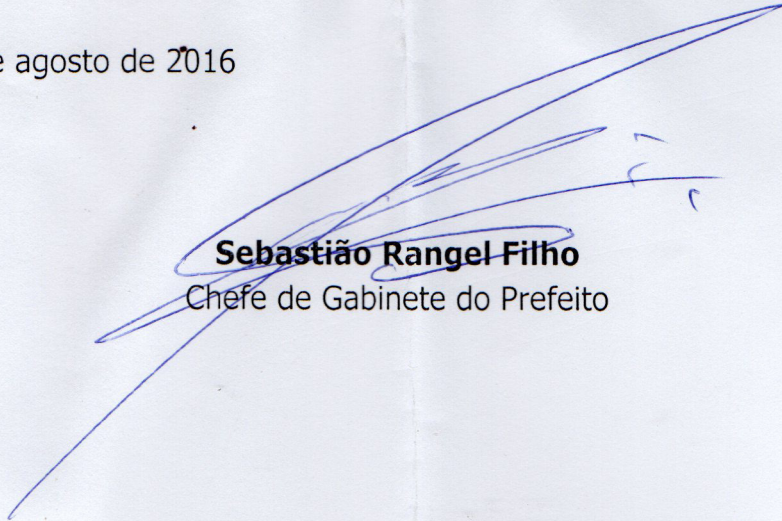


PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA
GABINETE DO PREFEITO

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, a pedido verbal da Senhora Jaizza Evellynn Leite de Figueiredo Gonçalves, RG [REDACTED], que o Município de Aurora-CE, não dispõe de Código de Obras e Posturas bem como Plano Diretor. Sendo o referido a pura expressão da verdade, segue por mim, Sebastião Rangel Filho, Chefe de Gabinete do Prefeito, devidamente assinado.

Aurora-CE, 03 de agosto de 2016


Sebastião Rangel Filho
Chefe de Gabinete do Prefeito



Perfil Rua Boa Vista [autora]



Perfil Rua Monsenhor Vicente Pinto [autora]



Perfil Rua Sebastião Alves Pereira [autora]



Perfil Travessa Marçal Pinto [autora]

COMÉRCIO E SERVIÇOS COMO ATIVIDADE DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Dada a notória, embora historicamente preterida, importância da atividade terciária na estruturação do meio urbano, propõe-se, nesta sessão, como forma de reforçar a pertinência da temática abordada neste trabalho, discutir a relevância econômica e social das atividades de comércio e serviço varejistas, bem como sua relação com a cidade.

Apesar de se apresentar como elemento indissociável à origem dos centros urbanos, a atividade terciária tem sido, ao longo da história, alvo de um preconceito que retardou o seu reconhecimento como atividade socialmente relevante bem como a sistematização dos estudos a ela relacionados. Assim, seu caráter social foi fortemente questionado por profetas e pensadores da Antiguidade, que criticavam a possibilidade de acumulação de riquezas trazida pelo surgimento do comércio, na medida em que tal atividade abriu caminho ao aprofundamento da divisão social entre ricos e pobres e ao desenvolvimento de uma classe proletária. Ademais, condenou-se

a atividade de troca pela sua qualidade de negação ao ócio, atributo vinculado por pensadores como Platão e Aristóteles à nobreza e dignidade de qualquer atividade. Para eles, somente a aristocracia teria direito ao ócio, que deveria ser dedicado à contemplação, revelando-se incompatível com as atividades manuais, tão características do comércio.

O advento da Idade Moderna, porém, marca o início da subversão desse ideário, sendo tal período marcado pelo fortalecimento das comunidades nacionais e o desenvolvimento do comércio externo, a ascensão da classe burguesa e a valorização do trabalho em relação ao ócio. A partir do fim do século XVIII, todavia, com a Revolução Industrial, o comércio perde a força que acumulara até então, passando a ocupar posição secundária no sistema produtivo, que passa a ser dominado pela indústria. Apenas recentemente, a partir da década de 1970, é que o comércio recupera sua hegemonia em função da flexibilização do sistema de produção industrial e dos

avanços nas comunicações e nos transportes, vindo, inclusive, a fortalecer seu caráter social, integrando-se com atividades de lazer, cultura e alimentação, e trabalhando até mesmo o ócio como elemento de consumo.

No cenário brasileiro, a valorização da atividade terciária também é recente, vindo a ocupar evidência no processo de gestão urbana em função do impacto de grandes empreendimentos do terciário no meio urbano e do crescente cuidado com a imagem da cidade visando o desenvolvimento do turismo.

As razões para a valorização das atividades de comércio e serviço varejistas no processo de gestão urbana vão, entretanto, muito além de suas implicações para o turismo. Primeiramente, a função de abastecimento da população, essencialmente vinculada ao comércio, é de importância primária no contexto social de qualquer comunidade. Além disso, o comércio se faz um elo indispensável à cadeia produtiva de qualquer economia, na medida em que responde pela distribuição dos produtos gerados pelos demais setores produtivos (agricultura e indústria). A atividade terciária representa ainda uma parcela massiva das oportunidades de trabalho na conjuntura da qualquer cidade, independentemente de seu porte. Ademais, por estar diretamente atrelada a elementos como cultura e lazer,

a atividade terciária tem seu viés social ainda mais acentuado. Esse viés social do terciário é reforçado pela sua ressonância na qualidade da vida urbana em seu sentido mais amplo. Essa interferência na qualidade de vida urbana, por sua vez, atua como elemento chave na atratividade que a cidade apresenta para a atividade turística.

Apontada a tamanha influência da atividade terciária sobre o desenvolvimento econômico e social das cidades, Vargas (2000) enfatiza ainda a importância da qualidade dos espaços destinados a abrigar essa atividade. Segundo a autora:

"[...] o exercício desta atividade, sua diversidade e a forma como ela manifesta-se fisicamente tem um reflexo direto sobre a imagem física e mental da cidade, que se reflete, diretamente, sobre a qualidade ambiental urbana para a coletividade local e externa. [...]"
(VARGAS, 2000, p. 2 e 3)

Este trabalho se apresenta, pois, como uma resposta ao entendimento da dimensão que a atividade terciária alcança no contexto atual das cidades, bem como da supracitada relação entre a qualidade espacial dos edifícios destinados ao terciário e a qualidade do meio urbano onde os mesmos se inserem.

A ARQUITETURA DO TERCIÁRIO, O EDIFÍCIO HÍBRIDO E O ESPAÇO URBANO

Como enfatizado anteriormente, a qualidade do espaço urbano vincula-se diretamente à qualidade espacial das edificações que nele se inserem. Para além disso, não só a qualidade arquitetônica do edifício em si, mas sobretudo a interface edifício-cidade se coloca como elemento chave em um processo de planejamento urbano responsável, em que a dimensão humana é considerada e priorizada.

Assinalada por Vargas (2000), o viés social da atividade terciária, bem como a relevância da relação edifício - espaço público são também destacados por Hertzberger:

"A razão mais importante para o intercâmbio social sempre foi o comércio, que em todas as formas de vida comunitária ocorre em certa medida nas ruas."
(HERTZBERGER, 1996, p. 68)

A rua é aí colocada como espaço público elementar, sendo a importância do tratamento que é dado ao objeto arquitetônico em relação a tal espaço público ressaltada, fazendo-se premente integrá-los para que a vida aconteça em ambos.

A história mostra, entretanto que, por décadas, verificou-se o negligenciamento dessa dimensão humana nas ideologias de planejamento urbano, em especial no modernismo, de uma forma

tal que o foco transfere-se dos espaços comuns da cidade para os edifícios individuais, os quais se tornaram cada vez mais isolados e autossuficientes. Dessa forma:

"Uma característica comum de quase todas as cidades - independentemente da localização, economia e grau de desenvolvimento - é que as pessoas que ainda utilizam o espaço da cidade em grande número são cada vez mais maltratadas. Espaço limitado, obstáculos, ruído, poluição, risco de acidentes e condições geralmente vergonhosas são comuns para os habitantes [...]"

(GEHL, 2015, p. 3)

Gehl (2015) menciona ainda o comprometimento da função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social, a qual acabou sendo reduzida ou progressivamente descartada.

De uma forma geral, pode-se enquadrar Aurora, bem como muitas das cidades circunvizinhas, no diagnóstico pontuado por Gehl (2015). Edifícios de qualidade espacial questionável, que desconsideram totalmente o entorno urbano que os cerca; calçadas inacessíveis; vias com pavimentação deficiente; mobiliário urbano escasso; tráfego veicular desordenado; a ausência de um plano de ações voltado a eventos sociais re-

levantantes na cidade; são apenas alguns dentre os inúmeros aspectos que atestam o negligenciamento da dimensão humana na realidade urbana de Aurora. As fotos em anexo e o mapa x expõem o referido panorama. A despeito disso, verifica-se um intenso uso do espaço urbano pelos moradores da cidade, aspecto ainda bastante recorrente em cidades de contexto semelhante ao de Aurora, de maneira a se afirmar que a função do espaço urbano como congregador social, apesar de comprometida, ainda se mostra presente no município, dado o forte senso de comunidade ali remanescente, o qual se revela como uma grande qualidade a ser explorada.

Sendo assim, apesar de apresentar uma realidade urbana preocupante, Aurora revela-se uma cidade viva, característica tão apreciada por Jane Jacobs, precursora da mudança de pensamento em termos de planejamento urbano que viria a se estabelecer a partir da década de 1960, com a publicação do célebre Morte e Vida das Grandes Cidades, em 1961. A partir daí, embora lentamente, o interesse pela dimensão humana no processo de construção do espaço urbano vem se expandindo, verificando-se uma maior simpatia pela arquitetura de uso misto e pelos princípios de moderação do tráfego de automóveis. A importância da “cidade viva” vem sendo salientada por Jan Gehl, que, no também célebre Cidade para Pessoas, aponta a necessidade premente por um planejamento urbano mais focado na dimensão humana. Para tanto, Gehl (2015) estabelece quatro objetivos chave para as cidades: vitalidade, segurança, sustentabilidade e saúde; os quais são alcançados a partir do estímulo à vida no espaço público, especialmente favorecida pela prática do uso misto, objeto de estudo deste

trabalho.

A análise de autores que abordam esse tema permite elencar dois fatores essenciais a serem considerados no planejamento de espaços de uso misto: a interface entre o térreo da edificação e a rua e a escala do edifício.

Como citado anteriormente, Hertzberger (1996) enfatiza a necessidade de retomar o interesse em relação à rua e, concomitantemente em relação ao exterior dos edifícios, considerando a qualidade dos espaços e relacionando-os entre si: “Um mosaico de inter-relações- como imaginamos que a vida urbana seja” (HETZBERGER, p.86, 1996), de forma que o espaço construído e o exterior ofereçam o máximo de acessos para que se permita penetrá-los, diminuído a barreira entre domínio público e privado. As galerias são colocadas pelo autor como estratégia eficaz na redução dessa barreira, contribuindo para fazer com que o domínio público se torne publicamente mais acessível. Segundo o autor, nas galerias:

“[...]o lado de dentro e o de fora se acham tão fortemente relativizados um em relação ao outro que não se pode dizer quando estamos dentro de um edifício ou quando estamos no espaço que liga dois edifícios separados.”

(HERTZBERGER, 1996, p. 76)

Mas não somente as galerias funcionam como forte elemento de articulação entre espaço público e privado. Os chamados espaços de transição também exercem essa função e o tratamento a eles dado se mostra determinante na configuração do espaço urbano. Segundo Costa (2015), “Marquises, recuos formando varandas, colunatas de pilotis e ruas internas que se articulam com as calçadas” funcionam como espaços de transição e a mistura de desses espaços urbanos com os arquitetônicos traz a

cidade para dentro do edifício.

A importância dada ao tratamento desses espaços é ainda reforçada por Gehl (2015):

“O tratamento dos espaços de transição da cidade, em especial os andares mais baixos dos edifícios, tem influencia decisiva na vida no espaço urbano. Trata-se da zona onde se caminha quando se está na cidade; são as fachadas que se vê e se experimenta de perto, portanto mais intensamente. É o local onde se entra e sai dos edifícios, onde pode haver interação da vida dentro das edificações e da vida ao ar livre. E o local onde a cidade encontra as edificações.”

(GEHL, 2015, p. 75)

Acrescenta ainda o autor:

“Ruas com transição suave tem influência marcante sobre o padrão de atratividade do espaço urbano. As fachadas transparentes, acolhedoras e movimentadas dão ao espaço da cidade uma escala humana ótima exatamente onde tem mais peso: de perto e ao nível dos olhos.”

(GEHL, 2015, p. 81)

Em contraste à intensidade com a qual as áreas térreas são normalmente experimentadas pelos usuários do espaço urbano, a percepção humana em relação aos andares mais altos perde detalhe e intensidade. Dessa forma, pontua Gehl (2015), “de fato, a conexão entre o plano das ruas e os edifícios altos efetivamente se perde depois do quinto andar” (GEHL, 2015, p. 41). Acrescenta ainda que:

“Os andares mais altos não fazem parte de nosso campo de visão imediato, tampouco os edifícios do outro lado da rua. Vemos os andares acima de nós e os edifícios do outro lado da rua de uma distância considerável e, pela mes-

ma razão, nossa percepção em relação a eles perde detalhes e intensidade.”

(GEHL, 2015, p. 76)

Dessa forma, a criação de espaços urbanos atrativos é favorecida pela pequena escala, sendo que:

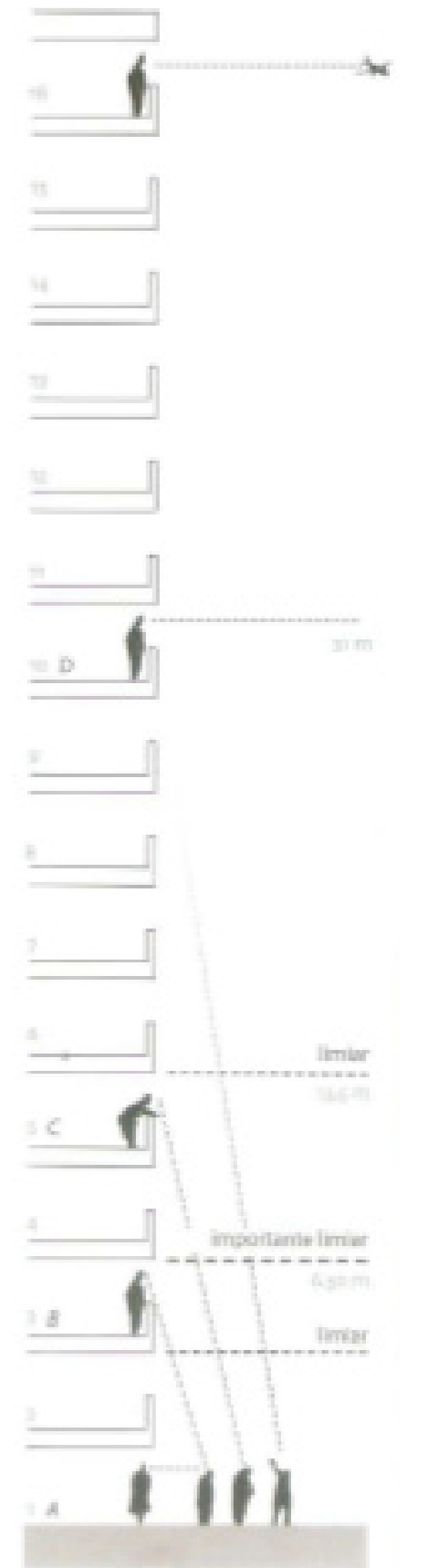
“[...] as pessoas dos andares mais altos- tanto de apartamentos como de escritórios- se aventuram menos na cidade do que aquelas que vivem e trabalham nos primeiros quatro ou cinco andares. Os andares inferiores garantem, aos ocupantes, contato visual com o espaço urbano e o deslocamento para dentro e para fora do edifício não é sentido como tão longo e difícil.”

Mas não somente o edifício baixo favorece a experimentação das cidades e do espaço urbano. A escala das ruas também sem mostra bastante importante nesse aspecto, sendo que, segundo Gehl (2015), escalas pequenas significam cidades fascinantes, intensas e “calorosas”, na medida em que:

“[...] em ruas estreitas e espaços pequenos, podemos ver os prédios, os detalhes e as pessoas ao redor a curtas distancias. Há muito o que assimilar, há muitos prédios e atividades que experimentamos com grande intensidade. Percebemos a cena como calorosa, pessoal e convidativa.” (GEHL, 2015, p. 76).

Caracterizada por vias estreitas e edificações de baixo gabarito, em que o calor da vida urbana ainda resiste, apesar da precariedade dos espaços públicos, Aurora apresenta um cenário bastante favorável a prática do uso misto, o qual, adequadamente materializado, tende a aprimorar o meio urbano da cidade, tornando-a ainda mais viva.

Sentidos e prédios altos (fonte: GEHL, Ian. Cidade para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.)



CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO PATRIMONIAL

Embora o foco deste trabalho não seja a questão patrimonial, entendeu-se como pertinente a abordagem do tema aqui, dada a escolha do terreno para o projeto que se segue. O terreno abriga um edifício que, embora não tenha seu valor patrimonial oficialmente reconhecido, possui inegável valor documental, se mostrando um registro da arquitetura produzida em Aurora em seu período de maior desenvolvimento.

A relação entre o antigo e o presente assumiram diferentes significados através dos anos. De um modo geral, até o período renascentista, as preocupações no que tange a questão da manutenção dos testemunhos materiais se mostraram praticamente nulas, de forma que a relação entre as formas do passado e as novas se estabelecia espontaneamente, resultando em uma unidade na multiplicidade, aspecto tão característico da cultura medieval.

Com o Renascimento, uma visão preservacionista começa a ser edificada, a partir dos estudos dão que se produziu na Antiguidade Clássica. Passa-se a reconhecer as arquiteturas remanescentes como instrumentos de conhecimento e a condenar demolições indiscriminadas, sendo a figura de Leon Battista Alberti de grande relevância nesse contexto.

A partir daí, as discussões envolvendo os bens históricos atravessam um longo processo de amadurecimento, vindo a assumir maiores proporções a partir do final do século XVIII, quando acontecimentos como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, geradores de destruições em massa, despertam a consciência coletiva para a preservação dos testemunhos históricos construídos.

Os estudos sobre os estilos arquitetônicos medievais são intensificados e a classe intelectual francesa passa a pressionar o Estado, reclamando uma maior responsabilidade deste para com os bens patrimoniais. A figura do arquiteto Viollet-Le-Duc se destaca nesse panorama, cuja teoria preservacionista se baseia na defesa da unidade da obra, a partir da compreensão da lógica do projeto original e de intervenções que sigam fielmente tal lógica. Em contraponto ao modelo francês, sintetizado por Le-Duc, surgiu a corrente preservacionista inglesa, que, pregando o respeito a obra arquitetônica enquanto testemunha da passagem do tempo, condenava as reconstruções estilísticas. John Ruskin, representante dessa “corrente conservacionista”, por exemplo, assumia cada monumento como insubstituível e, portanto, intocável. Sua maior contribuição, todavia, toca a questão do reconhecimento das “obras menores” que formam o tecido urbano, não somente os grandes monumentos.

Essa teorias mais radicais do início do século XIX convergem em teorias mais equilibradas, cuja síntese elementar se encontra na obra de Camillo Boito, que se aproxima de Ruskin no que tange a preocupação com a autenticidade do documento histórico e a defesa das várias estratificações do espaço urbano. O intelectual, contudo, discordava da visão anti-intervencionista de Ruskin, propondo a restauração dos monumentos, desde que esta se mostre necessária e se distinga do que é original. As questões levantadas por Boito vão sendo aprimoradas e questões de grande relevância no campo da preservação patrimonial vão sendo lançadas. As figuras de Alois

Riegl e Louis Cloquet se destacam nesse contexto. Riegl é responsável por reconhecer e sistematizar os critérios para a valorização dos bens, criando as bases para um processo de restauro lúcido, de acordo com os valores da sociedade presente e buscando equilibrar os agentes envolvidos no processo. Cloquet, por sua vez, enriquece o debate, levantando a possibilidade de novos usos para os antigos edifícios, desde que se respeitasse a “alma” do monumento.

Ao longo dos séculos XIX e XX, os progressos dos estudos nos campos de restauro e urbanismo permitiram um melhor delineamento das questões ligadas ao patrimônio arquitetônico e urbano. Compreendeu-se o valor de cada extrato urbano vinculado a um determinado momento histórico e estilo, bem como a necessidade de harmonizar esse vários extratos em uma composição coerente. Começam a surgir, então, os primeiros documentos internacionais relativos à salvaguarda do patrimônio urbano, elaborados em congressos e encontros.

A Carta de Restauro de Atenas, datada de 1931, foi o primeiro manifesto lançado nesse sentido. Nela estão elencados princípios favoráveis à preservação de conjuntos históricos, sempre orientados em torno das questões de salubridade, circulação e abertura de áreas verdes.

Uma série de outros documentos envolvendo o tema sucedeu a Carta de Atenas. A Carta de Veneza (1964), a Carta de Quito (1967); a Carta de Burra (1980), a Carta de Cracóvia (2000); e a Carta de Nizhny Tagil (2003), que faz considerações mais específicas sobre o patrimônio industrial; são alguns exemplos dos referidos documentos.

Dentre elas, a Carta de Veneza, de 1964, que reexamina e aprofunda os princípios reunidos pela Carta de Atenas, se apresenta como uma das mais relevantes, apresentando considerações elementares e ainda bastante atuais sobre as questões patrimoniais. As demais cartas apresentam considerações que complementam as contidas na Carta de Veneza, revelando o

esforço de se manter a questão patrimonial sempre atualizada.

Algumas considerações contidas na Carta de Veneza, julgadas como pertinentes a este trabalho e que vieram a guiar o tratamento dado ao edifício histórico preservado na proposta projetual, estão destacadas a seguir. Em seu artigo 1, define-se que a noção de monumento histórico compreende tanto da criação arquitetônica isolada quanto a do sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Ressalta-se ainda que tal noção não se limita somente às grandes criações, mas também abrange as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural, o que se aplica ao edifício trabalhado neste projeto. Considerações concernentes à conservação dos monumentos também são feitas. Seu artigo 4, por exemplo, enfatiza a necessidade por uma manutenção permanente do bem histórico, a qual é favorecida pela destinação do mesmo a uma função útil na sociedade, como esclarece seu artigo 5. Além disso, no artigo 6, menciona-se a necessidade de respeito a escala original do monumento, demanda a qual se atentou o projeto desenvolvido. No que tange a questão da restauração em si, o artigo 9 atenta para a exigência de que todo trabalho complementar deve se diferenciar da composição arquitetônica original, de forma a expressar a marca de seu tempo. Essa exigência é complementada pelo artigo 12, o qual coloca que “os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais” (Carta de Atenas, 1964, p. 3), orientação seguida no projeto. Por fim, ressalta-se a orientação do artigo 11, que destaca que as contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas.

THE NORTH PARKER

_ Jonathan Segal Architects _ San Diego-Estados Unidos _ 2014 _

Localizado em uma esquina que previamente abrigava prédios em péssimo estado de conservação, sendo ponto de concentração de vândalos, o projeto veio a fazer do local um ponto de encontro para a comunidade. O edifício conta com 5 espaços voltados às atividades de comércio e serviço no térreo e 27 unidades de habitação distribuídos em um pavimento superior. Os três restaurantes, o bar de degustação de cerveja e o escritório de arquitetura existentes no espaço térreo garantem o contínuo fluxo de pessoas no entorno imediato. Múltiplos pontos de entrada permitem que as pessoas transitem pela área comercial no alinhamento da rua, acessando o pátio interno, por onde se dá o acesso às unidades habitacionais, através de escadas. Esses pátios foram um pouco elevados em relação ao nível da calçada como forma de prover certa privacidade, mantendo-se ainda, entretanto, uma conexão visual com a rua. Há ainda uma considerável preocupação em termos de aproveitamento

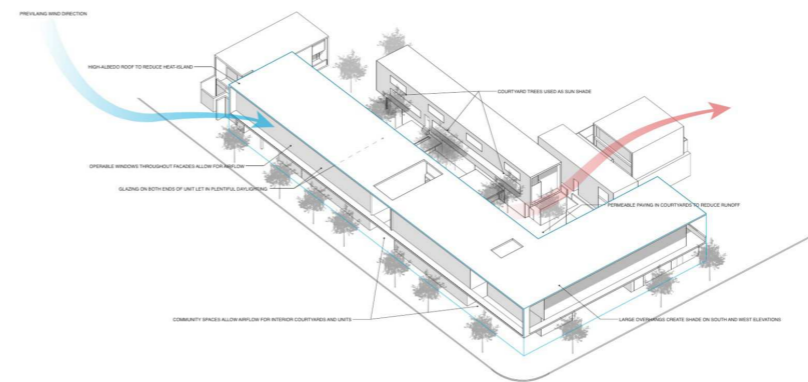
da ventilação natural e atividade solar no projeto. Assim, empregaram-se esquadrias móveis para permitir a circulação de ar nos espaços interiores, bem como a adotou-se superfícies claras, de alto índice de reflexão, como forma de evitar ilhas de calor. Da mesma forma, embora se tenha amplas áreas envidraçadas para permitir a entrada de luz natural, tem-se amplos beirais nas fachadas sul e oeste do edifício como forma de reduzir a incidência solar direta nas áreas envidraçadas.

A escala horizontal do edifício e sua racionalidade construtiva são fortes elementos a serem incorporados no projeto a ser desenvolvido. A riqueza espacial que é gerada pela configuração dos pátios e jardins internos também é algo a ser considerado. A possibilidade de se adentrar o edifício por múltiplos pontos também é algo a ser aproveitado no projeto, bem como a preocupação em termos de condicionamento ambiental também o é.

A riqueza espacial que é gerada pela configuração dos pátios e jardins internos também é algo a ser considerado. (fonte:archidaily)

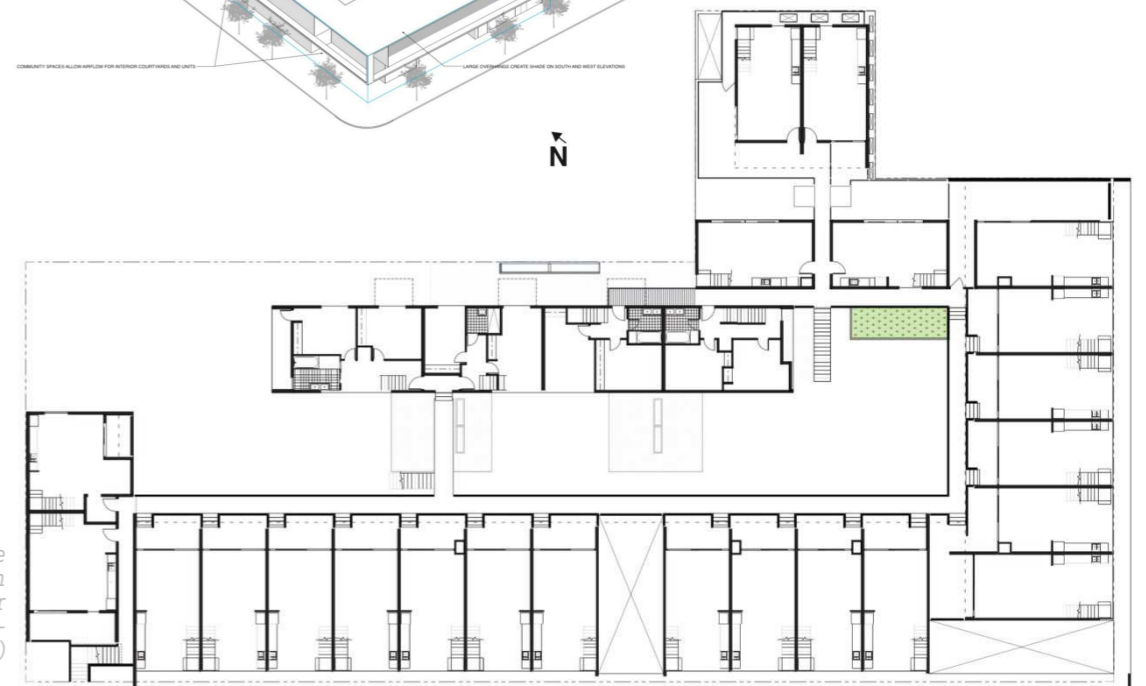


A escala horizontal do edifício em estudo é adequada ao contexto proposto para o projeto a ser desenvolvido. (fonte:archidaily)



A preocupação em termos de condicionamento ambiental também é relevante para o projeto. (fonte:archidaily)

A racionalidade do projeto é um elemento a ser considerado. (fonte:archidaily)



SECOND FLOOR



EDIFÍCIO CORUJAS

_FGMF arquitetos _ São Paulo-Brasil _ 2009 _

Abrigando escritórios de alto padrão, esse projeto inova ao apostar em um partido horizontal em detrimento do típico espigão comercial espelhado, solução tão recorrente para este tipo de programa. Com área construída de 5.880 m², o edifício se espalha pelo terreno, criando espaços de tamanhos e formatos variados, um grande número de varandas, jardins privados, terraços, além de contar um café. É ousado ainda em sua localização, essencialmente residencial e cultural: a Rua Natingui, no bairro da Vila Madalena. Concebido no intuito de criar um edifício mais humanizado para o trabalho, com uma arquitetura que fosse além dos ambientes fechados e se relacionasse com os espaços circundantes, o edifício conta com amplas áreas avarandadas que se abrem para jardins e que são destinadas a reuniões externas. O conceito da edificação, sua volumetria

e disposição espacial, priorizam a interação entre os usuários. Os amplos avarandados e jardins internos revelam a preocupação no que toca a questão do controle da temperatura e iluminação na edificação. Os brises galvanizados complementam esses elementos na função de prover uma ambiência agradável.

Uma inserção respeitosa ao entorno e a escala discreta do edifício, decorrentes sobretudo da adoção de um partido mais horizontal, são as principais características do edifício corujas a serem incorporada no projeto. Além disso, a preocupação com o conforto térmico na edificação, marcante no edifício, é um elemento a ser explorado no edifício a ser projetado. Ademais, a provisão de espaços que estimulam a convivência entre os usuários é outra qualidade a ser aproveitado no projeto.

A inserção harmônica do edifício no entorno urbano e sua horizontalidade são elementos a serem explorados. (fonte:archidaily)



A preocupação com o conforto térmico na edificação e a provisão de espaços que estimulam a convivência entre os usuários são qualidades a ser aproveitadas no projeto. (fonte:archidaily)



A simplicidade na escolha dos materiais e na estruturação do edifício é também uma característica a ser analisada e incorporada em sua essência ao projeto a ser desenvolvido. (fonte:archidaily)



CASA PICO

_ SPBR + Baserga Mozzetti Architetti _ Lugano, Suíça _ 2008-2013 _

Instalado na cidade de Lugano, um município de pequeno porte, de pouco mais de 60 mil habitantes, mas detentor de um relevante papel econômico no contexto suíço, a Casa Pico é fruto da parceria entre o escritório brasileiro SPBR e um escritório local. Apostou-se no conceito de uso misto e na integração edifício-espço público como diferenciais para o projeto desse edifício, que, assim, apresenta em seu térreo um pequeno bloco de escritório, bem como uma passagem ajardinada que atravessa o prédio e permite o livre fluxo de pedestres entre as ruas que margeiam o prédio. A solução, novidade no contexto arquitetônico local, vem sendo bem recebida pela população e contribui para uma ambiência urbana agradável. A configuração em seis pavimentos se mostra bastante sensata, na medida em que permite uma densidade consideravelmente elevada, e, concomitantemente, respeita a escala urbana existente, contribuindo para um entorno amigável aos pedestres. Rigor estrutural e liberdade na configuração da planta dos apartamentos são outras características marcantes no projeto. Cada piso abriga dois apartamentos, que podem facilmente ser adaptados em um só. No layout com dois apartamentos, cada apartamento conta com quarto, cozinha e sala, banheiros e área de serviço. Já nas plantas integradas, uma grande sala de entrada é o ponto central de distribuição de dois núcleos bem definidos: de um lado o do casal; do outro, o dos filhos, sendo que este também acomoda uma pequena sala. A preocupação em termos de conforto térmico também merece ser mencionada como um dos pontos fortes do projeto. As baixas temperaturas demandaram

soluções técnicas sofisticadas, como vidros triplos nos caixilhos, sistema avançado de ar condicionado que realiza a troca de ar e até uma sonda geotérmica enterrada a 250 m no terreno, a qual faz as trocas de temperatura entre o interior do prédio e a terra aquecida.

Embora Lugano se apresente como uma cidade de grande relevância econômica no contexto suíço, destacando-se não só por seus atrativos turísticos, mas também pela modernidade na área de serviços e da alta tecnologia, sua população reduzida e seu ar pacato aproximam sua realidade ao panorama de Aurora. A busca por um exemplo de boa arquitetura de uso misto em um contexto de cidade de pequeno porte foi um fator de relevância na escolha da Casa Pico como projeto de referência. O tratamento do térreo da edificação como extensão do espaço público e uma escala que respeita o entorno construído e facilita o diálogo arquitetura-cidade, são alguns dos atributos desse projeto que o qualificam como "boa arquitetura" e que serão consideradas no desenvolvimento do projeto em Aurora. Aliado à inovação representada pelo térreo fluido, as escolhas em termos de forma e materiais contribuem para a constituição de uma arquitetura que respeita as preexistências do entorno, mas, concomitantemente, alcança uma identidade dentro do contexto local. A consecução de uma arquitetura com identidade, tal como se obteve no projeto da Casa Pico, é algo almejado para o projeto a ser desenvolvido. Por fim, a flexibilidade dos espaços internos e a preocupação no que concerne ao conforto térmico no edifício aparecem como outras qualidades a serem incorporadas.

As escolhas em termos de forma e materiais, que contribuem para a constituição de uma arquitetura que respeita o entorno ao mesmo tempo em que alcança uma identidade, foram motivos para a escolha da Casa Pico como referência. (fonte:archdaily)



Uma escada que respeita o entorno construído é característica a ser incorporada no projeto. (fonte:archidaily)



O tratamento do térreo da edificação como extensão do espaço público facilita o diálogo arquitetura-cidade, fazendo-se estratégia a ser considerada no projeto. (fonte:archidaily)



OS BECOS DE MELBOURNE

_ Gehl Architects _ Melbourne-Austrália _ 1993-2014 _

Segunda maior cidade australiana, fundada em 1835, Melbourne teve um planejamento urbanístico que seguiu o mesmo modelo de Sydney, o qual, por sua vez, foi profundamente influenciado por modelos de cidades como Londres e Los Angeles. Tratou-se, pois, de um crescimento urbano essencialmente horizontal, culminando em subúrbios cada vez mais afastados do centro. A princípio, a vida no subúrbio tornou-se referência de um estilo de vida saudável, confortável e seguro. Nos últimos anos, todavia, esta tendência vem se mostrando insustentável, dado que as áreas afastadas do centro são pouco atendidas pela rede de transporte público e com isso muitos acabam recorrendo ao transporte individual – o que além de aumentar o trânsito drasticamente também eleva os níveis de poluição. Além disso, esse êxodo para os subúrbios também acarretou em um esvaziamento do centro, de tal forma que a região tornava-se deserta depois do horário comercial. Nesse contexto, encaixa-se a ação do escritório de Jan Gehl, visando trazer as pessoas de volta ao centro.

Detectou-se, então, a existência de becos subutilizados entre as edificações, que ficavam entre suas fachadas dos fundos ou laterais e, por muito tempo, foram associados ao abandono e ao crime. A despeito de seu relevante valor histórico, apresentavam-se como fachadas mal conservadas, por onde saíam aparelhos de ar condicionados e demais dutos de instalações, sendo seus níveis térreos ocupados por ‘containers’ de lixo. Apesar de serem espaços escuros e mal ventilados, esses becos, resultado do desenho urbano

original da cidade, permeiam os grandes quarteirões de sua área central e possuem dimensão ideal para a circulação de pessoas. Dessa forma, criou-se uma rede de percursos por todo o bairro que atravessa ruas e quadras, ligando os becos entre si. Com a revitalização desses ambientes, os pavimentos térreos dos edifícios circundantes foram gradualmente se transformando para adequar-se a esse novo fluxo de pessoas pelo local. Lojas, restaurantes e demais serviços começaram a margear esses caminhos, trazendo vida ao passeio.

Embora apresente um contexto urbano bem mais pacato, Aurora apresenta pontualmente essa situação de becos inutilizados, em estado de degradação e abandono, onde o crime tende a se concentrar. Alguns desses becos chegam, inclusive, a receber denominações associadas à violência. É o caso, por exemplo, do famoso “Beco da Facada”, onde atos criminosos ocorrem com relativa frequência. O terreno que abriga o projeto desenvolvido neste trabalho envolve um desses becos da cidade, bem como um prédio de relevante valor histórico no contexto de Aurora. Tem-se, pois, em Aurora, uma situação, que, embora não sistemática, aproxima-se do contexto de Melbourne. A resposta em termos de planejamento que foi adotada em Melbourne, que, baseada no estímulo ao comércio nos becos e no tratamento adequado das fachadas térreas dos edifícios que os envolvem, trouxe um novo uso ao espaço urbano, recuperando sua vitalidade, será, pois, fortemente considerada na concepção do projeto desenvolvido neste trabalho.

O aproveitamento da escala acolhedora dos becos, através do estímulo a fachadas ativas atraem vida para o espaço público. (fonte:archidaily)



O tratamento do térreo da edificação como extensão do espaço público facilita o diálogo arquitetura-cidade, fazendo-se estratégia a ser considerada no projeto. (fonte:archidaily)



Estado padrão dos becos de Melbourne, antes da intervenção de Gehl. (fonte:archidaily)

PROGRAMA DE NECESSIDADES E IMPLANTAÇÃO

Considerando-se as preexistências do entorno do terreno e as atuais demandas de Aurora, elaborou-se um programa que inclui os seguintes elementos: loja âncora, salas comerciais, restaurante / bar, escritório, sala de reunião, sala de reuniões, banheiros coletivos, apartamentos e espaço para estacionamento. Além disso, colocou-se como premissa o tratamento do espaço da feira que ocorre no entorno do terreno, o que inclui a sugestão de novos modelos de barraca e de um reordenamento das mesmas. O programa se apresenta bastante enxuto, haja vista o terreno escolhido, de dimensões discretas, e, sobretudo, o contexto de Aurora, que, na visão da autora, não comporta um empreendimento de escala demasiadamente avantajada.

Verticalmente, o programa foi acomodado da seguinte maneira: setor de comércio (com loja âncora e galerias comerciais menores) e restaurante no pavimento térreo, setor de serviços logo acima, no primeiro pavimento, e setor de habitação nos dois pavimentos superiores. Sendo assim, o edifício se eleva até um terceiro pavimento, atingindo uma escala considerada como adequada ao seu entorno imediato, que, conforme

mencionado anteriormente, abriga alguns dos edifícios de maior gabarito do município. Há ainda um pavimento de subsolo, destinado ao estacionamento para os moradores dos apartamentos do edifício, assim como ao abrigo do setor de serviço da loja âncora do complexo.

Optou-se por manter o prédio onde atualmente funciona a loja de moveis e eletrodomésticos, o qual se encontra em bom estado de conservação e, apesar de não oficialmente considerado patrimônio arquitetônico, coloca-se como um belo exemplar da arquitetura produzida em Aurora em um de seus períodos mais promissores (década de 1940). A decisão pela manutenção do mesmo se deu ainda como uma forma de apresentar à população local alternativas para o tratamento de edifícios antigos, fortalecendo na coletividade o interesse pelo patrimônio e pela memória da cidade.

Além da opção pela manutenção do prédio antigo, incorporou-se, no projeto, o traçado do beco que atualmente se põe entre os dois prédios existentes no terreno. Sendo assim, no térreo, esse beco se coloca como forte eixo estruturante, que, ao mesmo tempo em que orienta os fluxos e abriga

os acessos da loja âncora e do restaurante, atua como elemento de diálogo, um “respiro” entre a preexistência e o novo (o prédio antigo, mantido no projeto, e o novo edifício construído). Coberto, pensa-se o espaço do beco como uma pequena praça, que é não somente local de passagem, mas também apresenta potencial para funcionar como local de permanência, dado a sombra ali existente, bastante apreciada num contexto de insolação intensa, bem como a ligação com o espaço do restaurante. Além do eixo estabelecido pelo beco, no sentido leste-oeste, há um outro eixo, de menor largura, no sentido norte-sul, ao longo do qual se tem acesso a todo o setor comercial (loja âncora e galerias comerciais.). Essa implantação orientada em torno de dois grandes eixos, aliada à configuração das salas comerciais em galerias que se abrem tanto para a fachada oeste do complexo quanto para o eixo norte-sul do mesmo, e à abertura de vários pontos de acesso no prédio antigo, faz do térreo um espaço bastante fluido, permeável, um extensão do espaço público.

O pavimento acima do térreo, conforme colocado anteriormente, abriga prioritariamente o setor de serviços do complexo. Têm-se, nesse pavimento, quatro salas de serviço e uma sala destinada a reuniões, delimitadas pelas paredes do prédio antigo, e uma academia, acima do espaço que no térreo recebe as galerias comerciais. O primeiro pavimento abriga ainda parte do setor expositivo da loja âncora e seu setor administrativo. A partir do segundo pavimento, o edifício se desenvolve somente sobre os limites do novo edifício, visando à mínima intervenção no prédio antigo e a não alteração de sua escala original.

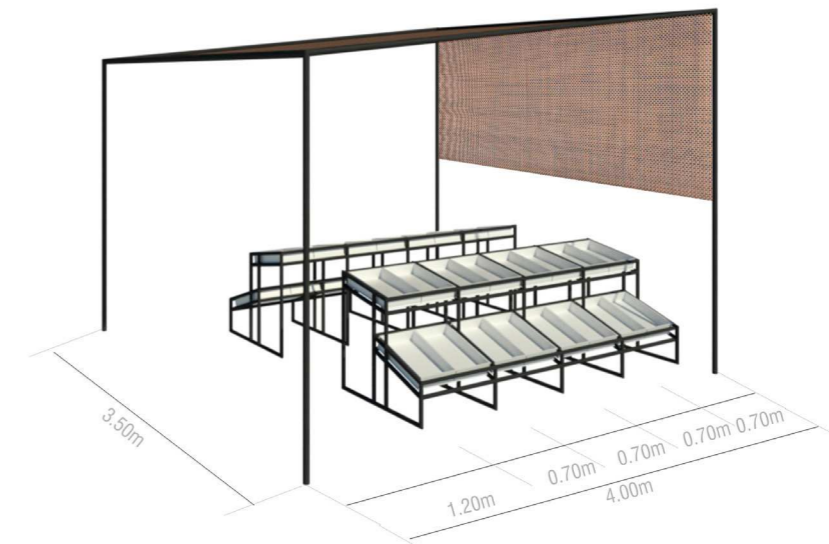
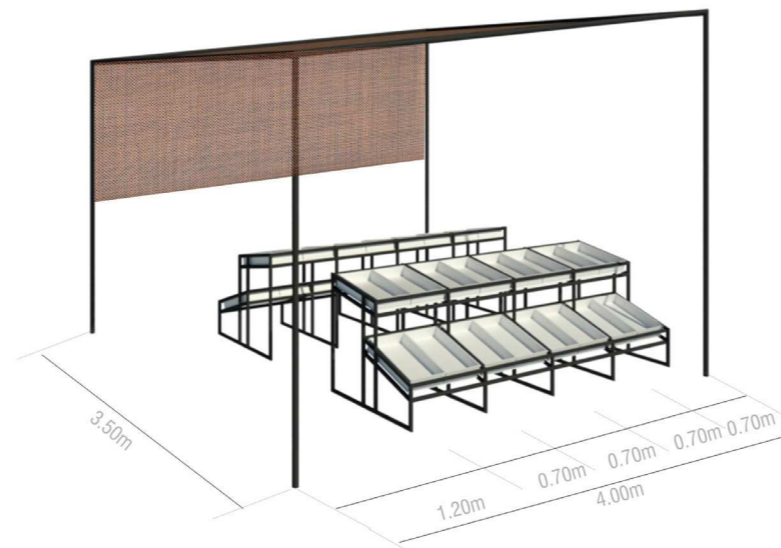
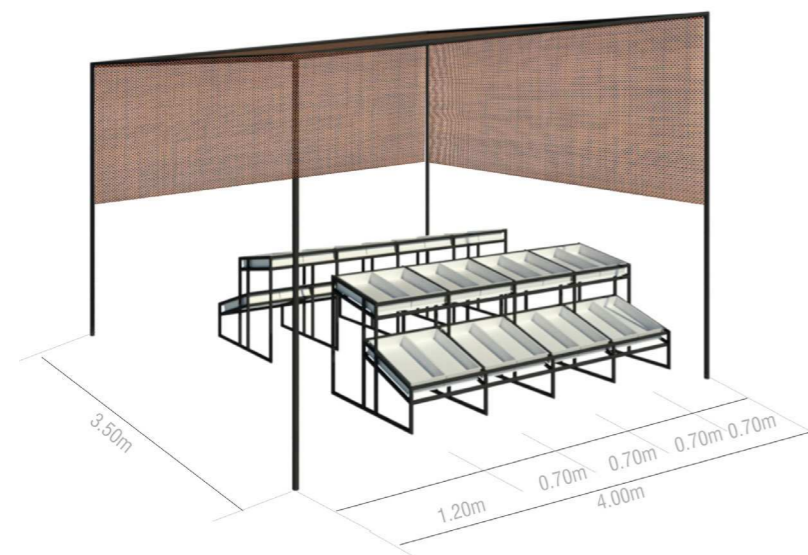
No segundo e terceiro pavimentos, locou-se o setor residencial,

que conta com quatro tipologias de apartamentos, distribuídos em dois blocos orientados no sentido norte-sul. O bloco leste abriga três apartamentos de três quartos e um apartamento adaptado a portadores de necessidades especiais. No bloco oeste, por sua vez, locou-se quatro apartamentos tipo quitenete e dois apartamentos tipo duplex.

Em ambos os blocos, os apartamentos são orientados para o leste, estando, em todos os apartamentos, o setor de serviço voltado para oeste. Essa configuração resultou em uma situação em que as circulações de acesso de ambos os blocos se confrontam, abrindo-se para um espaço comum, tratado como jardim e que foi pensado como elemento de estímulo ao convívio entre os moradores, uma “rua elevada”.

No que tange a questão da feira, propõe-se o rearranjo das barracas no espaço das vias do entorno, setorizando-as conforme o tipo de produto que comercializam. Propõe-se também um novo modelo de barraca, o qual inclui várias tipologias, que variam em modulação também de acordo com o tipo de produto comercializado. Atualmente funcionam na área: oito barracas de hortifrúti, cinco barracas de roupas, quatro barracas de acessórios, duas barracas de condimentos. Na proposta, destinou-se espaço para as barracas existentes, reservando-se uma área para possível instalação de novas barracas futuramente. Conforme exposto na planta de implantação do projeto, propõe-se a expansão de algumas calçadas do entorno, de forma a se configurar um calçadão onde funcionariam as barracas. Reduz-se a área de circulação e estacionamento de veículos, desestimulando o uso do carro e priorizando o tráfego de pedestres.

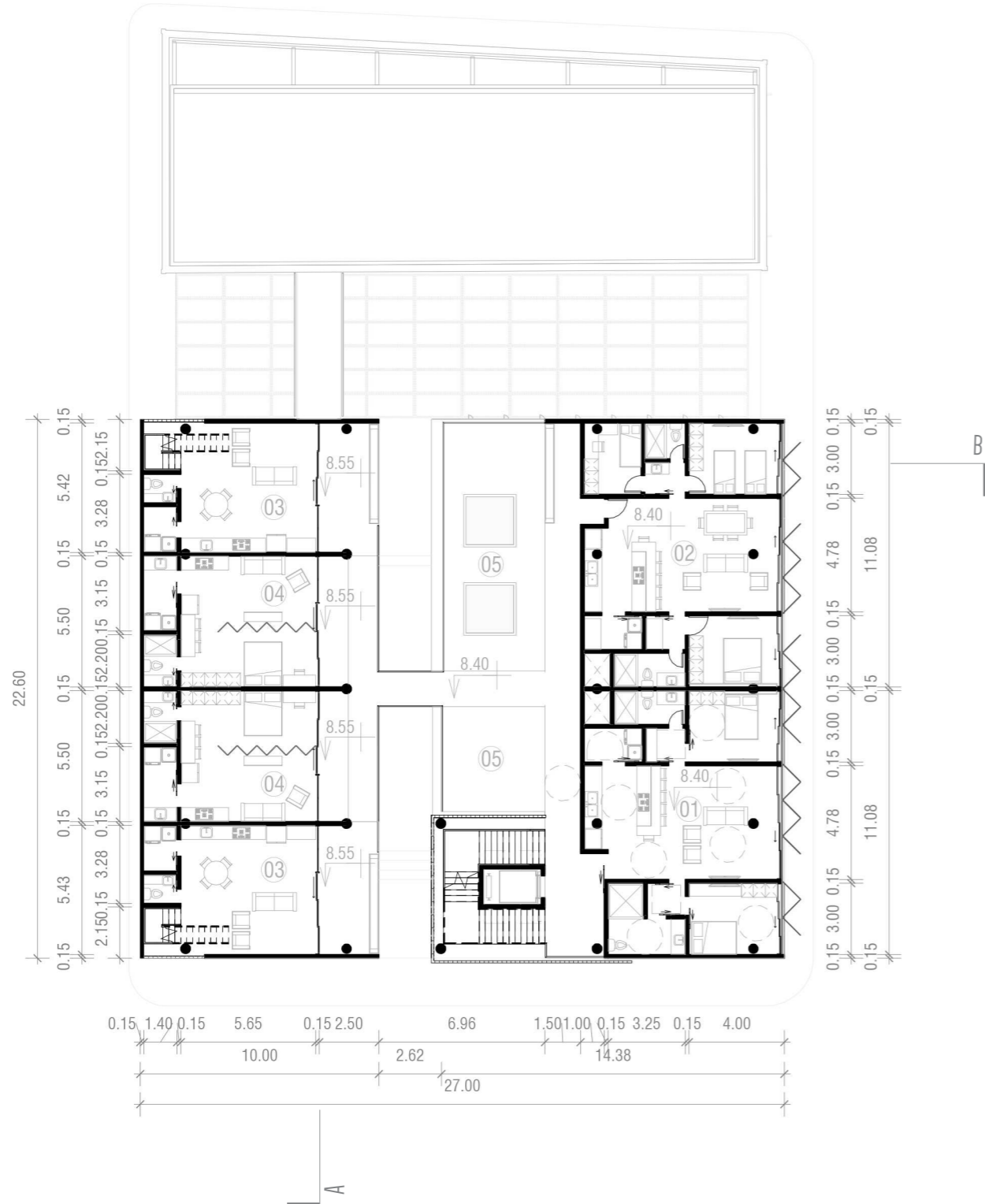




O modelo de barracas proposto pode assumir diversas configurações, de acordo com a necessidade de proteção solar. As barracas variam em sua largura, conforme o tipo de produto comercializado. As barracas destinadas a vestuário possuem 5m de largura; as destinadas a hortifruti, 4m; as destinadas a acessórios e condimentos possuem 3m. Apresentam profundidade fixa de 3,50m. [autora]

- 01 APTO TIPO 1
- 02 APTO TIPO 2
- 03 APTO TIPO 3
- 04 APTO TIPO 4
- 05 TETO-JARDIM

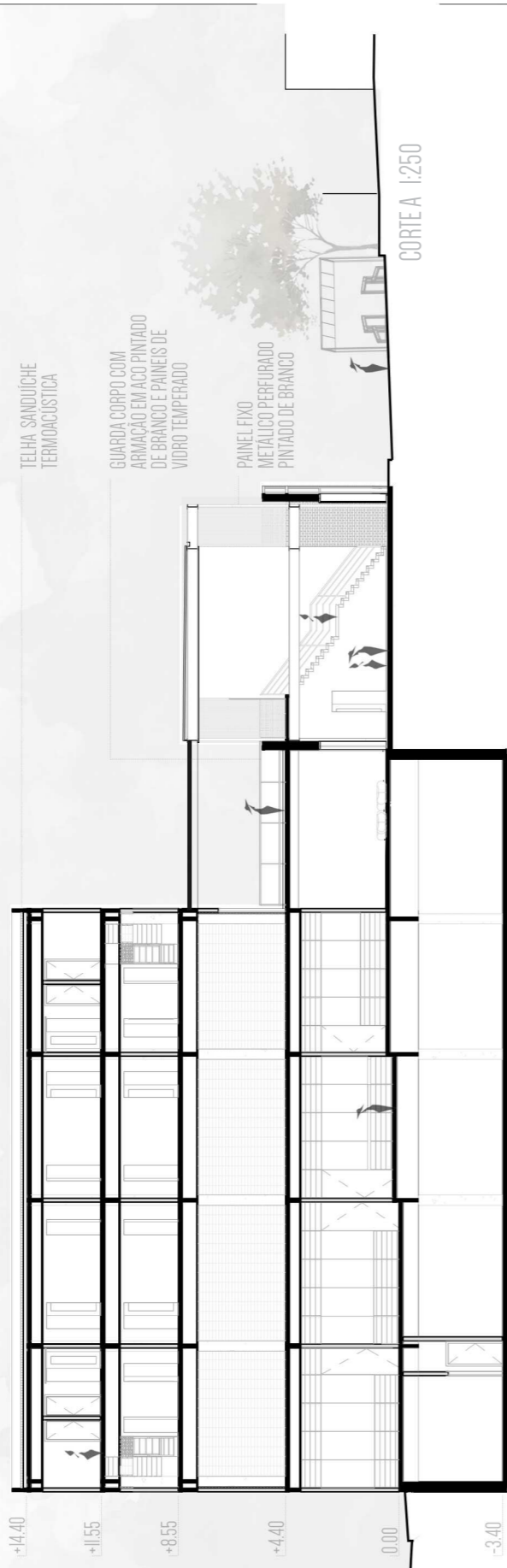
1:250



- 01 APTO TIPO 2
- 02 APTO TIPO 3
- 03 APTO TIPO 4

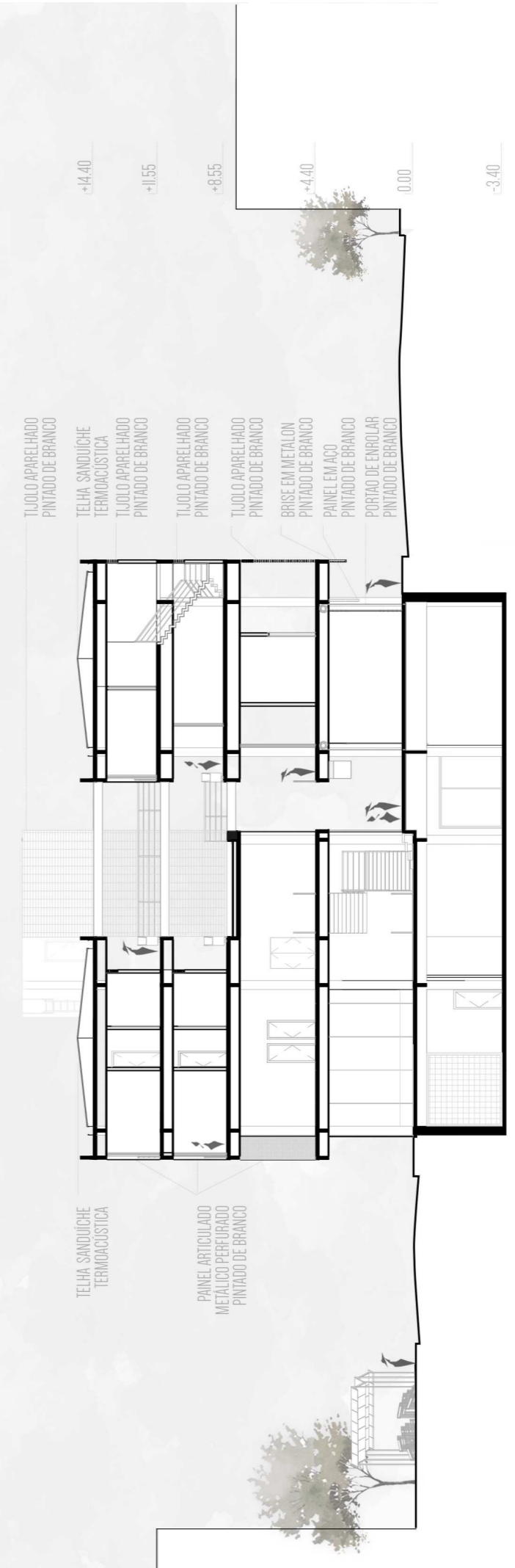
1:250





CORTE A 1:250

+14.40
+11.55
+8.55
+4.40
0.00
-3.40



CORTE B 1:250

+14.40
+11.55
+8.55
+4.40
0.00
-3.40



FACGADA LESTE 1:250



FACGADA OESTE 1:250



FACGADA NORTE 1:250



FACGADA SUL 1:250

MATERIALIDADE

Considerando o entorno construído do complexo projetado, caracterizado por edifícios cujas fachadas destoam entre si, com suas cores chamativas e um excesso de letreiros, buscou-se, no novo edifício projetado, a sobriedade, como forma de harmonizar com o entorno visualmente já bastante diverso. Essa estratégia se apresenta também como uma forma de dialogar com o prédio antigo, dirigindo a atenção para o mesmo. É o silêncio do novo deixando o antigo se expressar.

Assim, tem-se no edifício o predomínio do branco e dos tons neutros. O branco das paredes externas em alvenaria comum, dos planos de tijolos aparelhados e dos brises metálicos é quebrado apenas pelo concreto aparente das vigas e pilares. Os planos de tijolos maciços aparelhados, tão marcantes no edifício novo e que funcionam como elemento de proteção solar, além de permitir a ventilação cruzada, foram pensados como uma forma de estabelecer diálogo com o prédio antigo, no qual a alvenaria de tijolo maciço de barro foi deixada aparente. A escolha do tijolo de barro se justifica também pela facilidade de acesso ao material, produzido na região. Os

brises metálicos, por sua vez, além de proporcionarem proteção solar e privacidade aos apartamentos, conferem ao edifício uma certa leveza, que contrasta com o peso da alvenaria comum e dos tijolos aparelhados. Empregados também no pavimento superior do edifício antigo, reforçam o diálogo entre os dois edifícios do complexo, na medida em que os mesmo passam a compartilhar uma mesma materialidade. Acrescenta-se que os planos de tijolos aparelhados e sobretudo os brises, em chapa metálica perfurada, conferem ao edifício uma certa transparência que, apesar de não comprometer a privacidade dos usuários do prédio, torna as fachadas do edifício visualmente mais dinâmicas, na medida em que estas vão se modificando conforme o uso que é dado ao espaço ao longo do dia, seja pela abertura dos brises moveis, pelo acendimento de luzes ou pelo simples movimento das pessoas no interior do edifício. Dessa forma, tem-se um edifício que, por sua neutralidade e materialidade, coloca o entorno construído existente e os usuários do espaço como protagonistas da cena urbana.

Como mencionado anteriormente, dada a intensa atividade

solar em Aurora, propõe-se uma cobertura para o espaço do beco. Optou-se pelo uso de uma cobertura tensionado, em tecido de PVC, visando manter a leveza do espaço e tendo em vista a rapidez de instalação. Esse tipo de cobertura tem durabilidade entre vinte e trinta anos e sua manutenção é simples, exigindo lavagens e tensionamentos de tempos em tempos.

Em termos de estrutura, seguindo as recomendações das cartas patrimoniais e atendendo ao princípio de mínima intervenção e da reversibilidade no edifício a ser restaurado, utilizou-se da estrutura pré-fabricada em aço nas intervenções realizadas no edifício antigo. Colunas e vigas de aço sustentam foram combinadas com o sistema de laje seca, composta por placas de madeira sarrafeada contraplacada por lâmina de madeira, recebendo revestimento cimentício em suas faces. As paredes, também seguindo a princípio de construção a seco, são em dry-wall. Os vãos que, no edifício original, eram fechados por portas de madeira e foram fechados quando da instalação da loja de moveis no prédio, foram reabertos (exceto na fachada oeste), recebendo esquadrias metálicas corrediças. A reabertura

dos vãos visa reforçar o ritmo das fachadas e melhorar a circulação de ar no interior do prédio. No edifício novo, por sua vez, fez-se uso do sistema tradicional de vigas e pilares de concreto, moldados in loco, e lajes convencionais, maciças em concreto armado. As coberturas de ambos os edifícios foram feitas em telha sanduiche termoacústica, havendo trechos da cobertura do edifício novo em que se empregou laje impermeabilizada em concreto.

Destaca-se aqui a carência de meios técnicos em Aurora, que apresenta uma mão-de-obra tecnicamente bastante limitada na realização do tipo de estrutura aplicada neste projeto. A região do Crajubar, contudo, já dispõe dos meios necessários à execução desse projeto. Há, portanto, a possibilidade de se fazer uso dos meios disponíveis em outra cidade próxima. É importante, contudo, garantir que a mão-de-obra local possa ser incorporada nesse processo, através de treinamentos e oficinas, sendo possível, inclusive estimular a participação dos técnicos em edificações formados na Escola Estadual De Educação Profissional Leopoldina Gonçalves Quezado.









CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento deste trabalho se fez bastante enriquecedor na medida em que permitiu uma aproximação maior da autora com Aurora, sua cidade natal. Foi possível conhecer melhor a história do município, os acontecimentos que permearam sua história e que culminaram em sua configuração urbana, tal como se apresenta atualmente. Essa aproximação não só fortaleceu os laços entre a autora e sua cidade, mas também, acredita-se, a reunião, neste trabalho, das informações e constatações derivadas dessa aproximação, apresenta-se como uma relevante contribuição para a o município, na medida em que os estudos existentes sobre a cidade, sobretudo no que concerne a questão de sua estrutura urbana, são praticamente inexistentes.

Enfatiza-se ainda aqui a urgência de desenvolvimento de uma legislação que regule o uso do solo e o espaço construído na cidade, haja vista o seu processo de expan-

são, que tem ocorrido de forma rápido e desordenada nos últimos anos, de maneira que a cidade se apresenta progressivamente mais caótica. Salienta-se que essa ausência de legislação é característica não só de Aurora, como também de vários outros municípios de porte semelhante na região do interior do Ceará.

Uma última consideração a ser feita diz respeito à importância que o desenvolvimento de projetos como o aqui apresentado representa no contexto de cidades como Aurora. Em um panorama em que o acesso à educação e à cultura é deficiente, até mesmo para os cidadãos de maior poder aquisitivo, iniciativas desse tipo, em que se projeta considerando o espaço público, as preexistências locais e as necessidades do empreendedor, podem vir a estimular uma mudança no tipo de arquitetura que se produz na cidade e, conseqüentemente, em seu meio urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, R. Dicionário geográfico e histórico do Ceará. Tradução . Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1964.

CALIXTO JUNIOR, João Tavares. Venda Grande d'Aurora. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

GEHL, Ian. Cidade para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIRÃO, R.MARTINS FILHO, A. O Ceará. Raimundo Girão e Antônio Martins Filho. Tradução . Fortaleza: Editora Fortaleza, 1939.

HERTZBERGER, Herman. Lições de Arquitetura. São Paulo: Martin Fontes, 1996.

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LITTLEFIELD, David. Manual do Arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. 3. Ed. Porto Alegre, 2011.

UCHÔA, W. Anuário do Ceará 1953-1954. Tradução. Fortaleza, 1953.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

VARGAS, Heliana Comin. Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

ZEIDLER, Eberhard H. Arquitetura plurifuncional em El contexto urbano. Barcelona: Editora Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1985.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

< <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/lista/index.htm> >

< http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2012/Aurora.pdf >

< http://blogdomendesemendes.blogspot.com.br/2014_12_15_archive.html >

< <http://www.sabernarede.com.br/aurora-ce-origens-do-nucleo-urbano/> >

< <http://cariricangaco.blogspot.com.br/2014/12/lampiao-no-municipio-de-aurora-parte-2.html> >

< <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/aurora-ce-4232.html> >

< <http://www.aurora.ce.gov.br/informa.php?id=430#prettyPhoto> >

< <http://biblioteca.ibge.gov.br> >

